

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO.

CARDOSO, Mário

Ano: 1950 | Número: 60

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento.
Revista de Guimarães, 60 (3-4) Jul.-Dez. 1950, p. 405-486.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento

POR MÁRIO CARDOZO

A Sociedade Martins Sarmiento possui, instalado no edifício da sua sede (*Fig. 1*), um notável Museu público, constituído principalmente por antiguidades

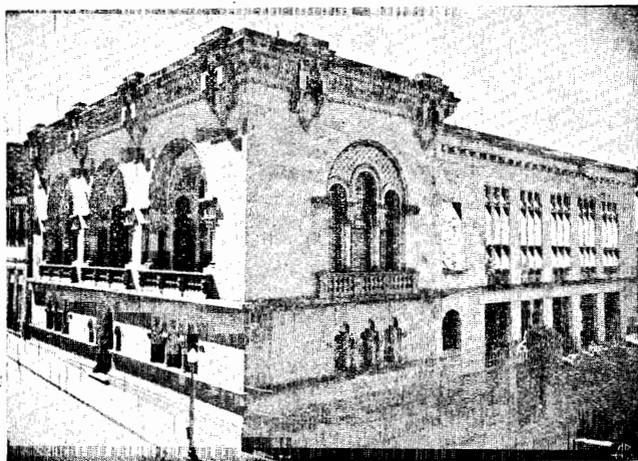
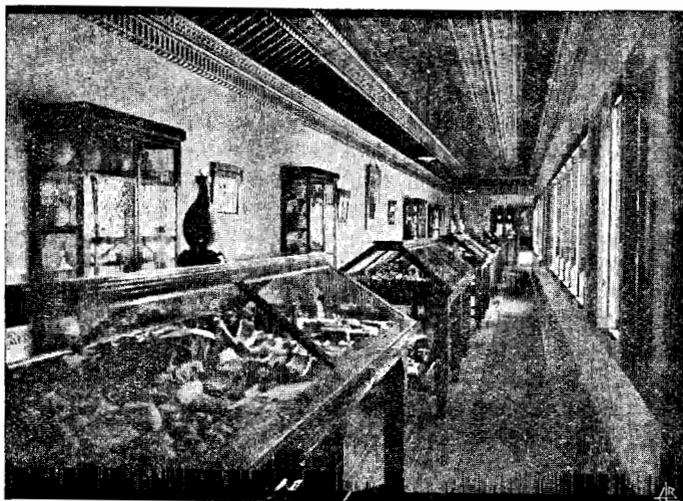


Fig. 1 — A sede da SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, em Guimarães, fundada em 1882. Edifício começado a construir em 6-3-1902.

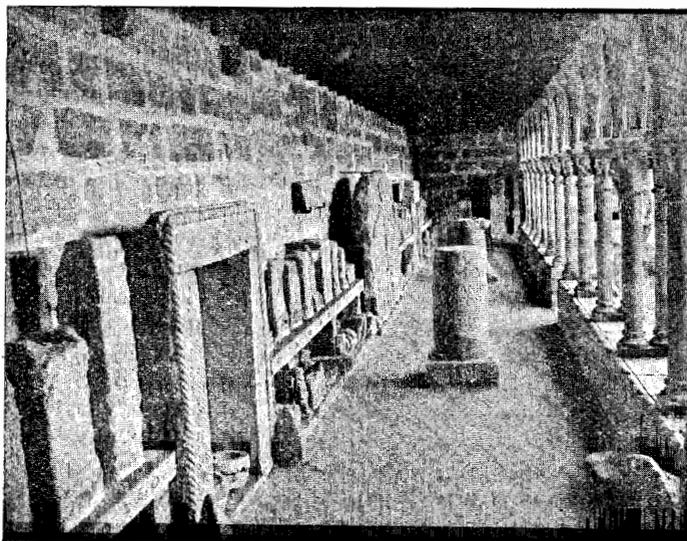
regionais (*Fig. 2*), sendo um dos mais antigos museus de Arqueologia existentes em Portugal, fundado há 65 anos, e podendo considerar-se, na sua especialidade, um dos mais importantes do país. Mas,

além das preciosidades que ali se guardam e constituem documentação magnífica resultante de muitas pesquisas científicas, e fonte copiosa de temas de estudo para os investigadores, possui também a prestigiosa Instituição vimaranense alguns monumentos arqueológicos em diversos concelhos (Guimarães, Guarda, Bragança, Marco de Canaveses e Barcelos), antiguidades que, pelas suas dimensões ou natureza, constituem propriedades imóveis, e portanto intransferíveis para o Museu.

São decorridos já bastantes anos após as datas em que esses imóveis arqueológicos passaram a constituir propriedade da Sociedade Martins Sarmento, o que em parte tem contribuído para que, entre os habitantes das freguesias onde eles se encontram situados, esteja hoje mais ou menos esquecida a entidade à qual tais monumentos pertencem por título legal. Deste facto deriva o risco que essas propriedades constantemente correm de sofrerem qualquer dano que ponha em perigo a sua conservação. Só uma acção de vigilância e protecção constantes por parte da Sociedade poderia garantir inteiramente a defesa desses monumentos (quase todos, aliás, situados longe da sede da Instituição), e resguardá-los das investidas destruidoras da ignorância popular, fazendo valer, de um modo efectivo, os indeclináveis direitos de propriedade que sobre eles tem. Mas, como não é possível uma vigilância eficaz e permanente em locais tão distantes, alguns dos quais sítios ermos, parece-nos útil dar a maior publicidade possível e expansão a um inventário impresso desses monumentos arqueológicos, fazendo deste modo constar, ou recordar, que não houve a menor abdicação dos direitos de propriedade por parte da entidade à qual eles pertencem, nem foram abandonados à mercê do vulgo. E que, portanto, a sua integridade deve ser respeitada, pois assiste à Sociedade o direito, e cumpre-lhe o dever, de proceder judicialmente contra o autor ou autores de qualquer tentativa de destruição. A par desta medida de protecção por meio da publicidade, que as autoridades eclesiásticas e civis das freguesias rurais muito poderão auxiliar aconselhando as populações à



1



2

Fig. 2 — Dois aspectos do Museu de « Martins Sarmento » (Guimarães)

1. Secção de cerâmica e objectos metálicos.
2. Secção de epigrafia e escultura antiga.

defesa desses e de outros monumentos do passado, foi também, ultimamente, dirigida ao Ministério da Educação Nacional, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, uma proposta por nós apresentada, na qualidade de presidente da Direcção da Sociedade Martins Sarmento e de vogal da Junta Nacional de Educação, para alguns destes monumentos arqueológicos pertencentes à benemérita Instituição vimaranense, que não fazem parte da relação dos «monumentos nacionais», passarem a ser oficialmente considerados «imóveis de interesse público», ficando assim sob a directa protecção do Estado (aliás sem prejuízo dos direitos de propriedade que à Sociedade assistem), contra qualquer prática de vandalismo ou destruição que sobre eles se tente exercer (V. *Doc. I*, no final).

Antes porém de iniciarmos o referido inventário destes monumentos, acompanhado de uma descrição, com a minúcia indispensável, da sua localização, natureza e características arqueológicas particulares, parece-nos interessante apresentar um relato, em linhas gerais, das circunstâncias que permitiram a sua aquisição pela Sociedade.

Fundada a Sociedade Martins Sarmento em 1882 (1), era inaugurado na sua sede três anos depois, no dia 9 de Março, para festejar a data do aniversário natalício do insigne Patrono cujo Nome a Instituição adoptara, um *Depósito* de objectos arqueológicos, que passaram a estar expostos diariamente ao público, embora a sua instalação se apresentasse de uma forma modesta, e alguns dos objectos tivessem sido ali depositados a simples título precário. Três beneméritos vimaranenses foram os organizadores da colecção: o próprio Martins Sarmento, o erudito diplomata Abade de Tágilde, P.^e João Gomes de Oliveira Guimarães, e o estudioso

(1) A Sociedade Martins Sarmento, «Promotora da Instrução popular no Concelho de Guimarães», é uma Instituição considerada de «Utilidade Pública» por Decreto de 30-XII-1926, louvada pelo Governo em Portarias de 20-XI-1882, 8-III-1901 e 9-II-1940, e condecorada com o Grande Oficialato da Ordem de Sant'Iago da Espada.

P.º António José Ferreira Caldas, autor de uma apreciada monografia sobre «Guimarães», publicada em 1881. Foram assim lançados os alicerces do futuro Museu da Sociedade Martins Sarmento.

Quase todos os objectos então ali depositados, quer a título precário, quer por oferta definitiva, foram cedidos por Martins Sarmento e constituíam, na sua maioria, o riquíssimo espólio por ele exumado nas famosas explorações da Citânia de Briteiros. O entusiasmo pelo enriquecimento da colecção foi aumentando, as ofertas espontâneas foram-se acumulando, e, decorridos dez anos, já o Museu apresentava também uma instalação sofrível, ocupando parte dele o formoso claustro gótico do Mosteiro de S. Domingos, cedido pelo Estado para esse fim, e ficando outra parte instalada numa galeria levantada sobre este claustro, a expensas de Martins Sarmento (1), inaugurada em 9 de Março de 1895.

Muitos dos objectos que a partir do ano de 1885, data da criação do *Depósito*, começaram a dar entrada neste Museu incipiente eram comprados por Martins Sarmento, quando os seus possuidores não tinham a generosidade de os ceder gratuitamente; mas logo o desinteressado Arqueólogo os oferecia à Sociedade. Sarmento nunca foi um coleccionador particular; tudo quanto conseguia adquirir de valor para o estudo do nosso passado histórico e ante-histórico, imediatamente o depositava no Museu da Sociedade. Ali entraram assim, a expensas suas, dois valiosos braceletes pré-históricos de oiro, maci-

(1) A narrativa da execução destas obras encontra-se na nota 6, a pág. 279 da *Correspondência epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento* (Guimarães 1947). Numa dessas cartas de Sarmento a Hübner, datada de 2-6-1898, escrevia o sábio vimaranense, a propósito de uma observação de Hübner motivada pela falta de um catálogo do Museu da Sociedade: «O catálogo do Museu de Guimarães! Não pode ser por ora. Primeiro, tive de fazer obras num claustro, para instalar as minhas velharias: um engenheiro meu amigo calculou as obras em 444 libras; mas os cálculos foram feitos com tal arte, que vim a gastar o dobro. Fiquei com a bolsa arrasada.» (*Ib.*, p. 277).

ços (*Fig. 3*), comprados em 1881, quando da Expedição científica à Serra da Estrela, organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881 (na qual Sarmento

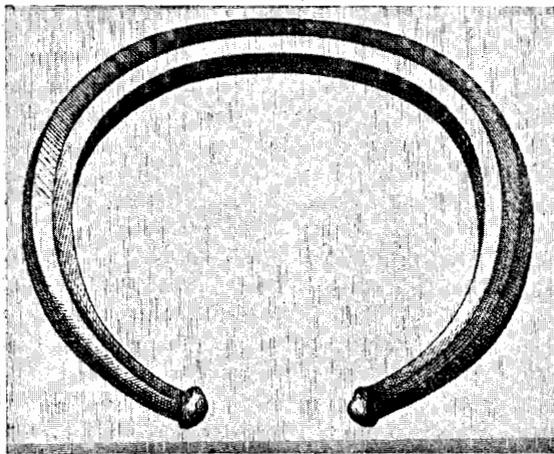


Fig. 3 — Um dos braceletes de ouro oferecidos por Martins Sarmento ao Museu, e dali desaparecido em Dezembro de 1898.

tomou parte como director da Secção de Arqueologia), braceletes que mais tarde foram lamentavelmente roubados do Museu, em Dezembro de 1898 (1);

(1) Numa carta de 23-12-98 para o seu amigo João Gomes de Abreu, da Casa do Outeiro, de Ponte do Lima, comenta Martins Sarmento, de um modo engraçado e irónico, este roubo praticado no Museu da Sociedade: «... Limparam o Museu da prata e ouro que por lá havia; e, segundo me anunciaram numa carta de pêsames, eu adoeci de paixão. Ainda bem que neste mundo ainda vive gente capaz de me supor com jeito para figurar em casos romanescos. Não gostei muito da brincadeira; mas, com vergonha ou sem ela, sou obrigado a confessar que nem perdi o apetite. A rapinagem não me surpreendeu; tive mesmo, por muitas vezes, bonitos pressentimentos, principalmente nos princípios deste ano, em que os larápios me vieram por três vezes limpar as galinhas. Achava em extremo reles e brutos os larápios meus patrícios, que tendo ouro e prata à sua disposição num convento deserto (*o Museu da Sociedade, instalado no antigo Convento de S. Domingos*),

várias lápides que adquiriu em 1887 (*Fig. 4*), numas escavações, também realizadas à sua custa em Castro de Avelãs (Bragança); em 1889 ⁽¹⁾, diversos objectos procedentes de umas escavações que mandou efectuar em Mangualde ⁽²⁾; em 1893, uma colecção numismática muito valiosa, comprada a José de Freitas Costa, e ainda uma preciosa ara votiva, consagrada ao deus *Bormânico*, comprada nas Caldas de Vizela; em Novembro de 1898, uma notável colecção de mais de 1.600 gravuras dos séculos xvii ao xix, vendida a Sarmiento pelo insigne crítico de Arte, Joaquim de Vasconcelos; etc.

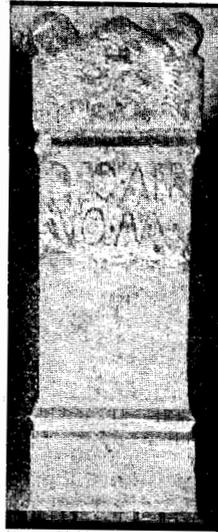


Fig. 4—Ara ao deus AERNO encontrada nas escavações de Castro de Avelãs (Bragança), realizadas em 1887.

absolutamente deserto, andavam a deshonrar a arte, arrombando capoeiras. Rehabilitaram-se, enfim; e viva Mercúrio!»

Noutra carta, de 22 do mesmo mês e ano, para o Padre Martins Capela (*Vide Rev. de Guimarães*, vol. XLVIII, 1938, p. 209), alude com igual ironia à lamentável ocorrência, terminando assim: «... Quem perde propriamente no negócio é Guimarães e o seu Museu; já não considerava como meus os objectos que lhe dei. Não os souberam guardar, queixem-se de si mesmo».

⁽¹⁾ Vide «*Revista de Guimarães*», vol. IV, 1887, p. 118-122, e vol. V, 1888, p. 70 e ss.; «*Correspondência Hübner-Sarmiento*», p. 114-nota 41.

⁽²⁾ As escavações no Castro da Senhora do Castelo, em Mangualde, que tiveram lugar em Setembro e Outubro de 1889, foram dirigidas pelo Dr. Alberto Osório de Castro, o qual, por estes serviços, foi proclamado sócio correspondente da Sociedade, em 1893 (*Vide Revista de Guimarães*, vol. X, 1893, p. 111). O Dr. Osório de Castro manteve uma assídua correspondência com Sarmiento, entre os anos de 1882 e 1896. Das escavações que orientou por conta de Martins Sarmiento deu notícia em 1890, num jornal de Mangualde, «*Novo Tempo*», do qual era director (*Vide o n.º 51, 1.º ano, de 15-XI-1890*).

Não se limitava, porém, o benemérito Investigador a carrear incessantemente para o Museu os objectos que, por compra ou oferta, conseguia adquirir. Uma ambição e um pensamento mais vasto o dominavam:— a defesa dos monumentos que, pela sua natureza e proporções, eram irremovíveis e que, nas suas constantes pesquisas, se lhe deparavam, tais como dólmenes, mamoadas e outras construções pré-históricas, penedos com insculpturas, etc. Por isso, para os salvar da ruína, logo pensava em negociar a sua compra (1); e, quando não conseguia que lhos vendessem, procurava então assegurar a integridade deles, tentando obter por paga, quando não havia outro meio, compromissos escritos firmados pelos possuidores dos monumentos, em que se obrigavam a não consentirem na sua destruição. Contudo, a posse desses imóveis não lhe interessava pessoalmente, como propriedade particular: o que ele desejava, acima de tudo, era defende-los do vandalismo dos ignorantes, mas de uma maneira eficaz e permanente. Tomara, por isso, a resolução de os entregar à guarda da Sociedade Martins Sarmiento, por aquisição legal e directa desta Colectividade, embora generosamente pagos do seu bolso.

Mas a legislação vigente não permitia que as instituições desta natureza adquirissem bens de raiz. A fim de remover este obstáculo, tratou Sarmiento de pôr em campo o seu valimento pessoal, aproveitando a alta consideração em que o tinham os numerosos amigos que possuía nos sectores da política e da governação pública, não sendo aliás um político militante. Por este meio conseguiu que, em 10 de Abril de 1888, fosse apresentado pelo Par do Reino Cabral e Castro, na respectiva Câmara dos Pares, o projecto de lei n.º 139, permitindo às associações e institutos meramente científicos ou literários que tivessem por fim único e exclusivo promover o desenvolvimento de qualquer ramo de instrução, poderem,

(1) Vide *Correspondência epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmiento*, coligida e anotada por Mário Cardozo, Guimarães 1947, p. 75, nota 20.

quando legalmente constituídas, adquirir, por título gratuito ou oneroso, e conservar, independentemente de autorização do Governo, quaisquer bens imóveis indispensáveis para a sua instalação, ou necessários para a consecução dos seus fins. Nesses bens eram incluídos «edifícios com carácter de monumentos históricos, ruínas, inscrições, dólmenes e terrenos próprios para estudos experimentais e explorações arqueológicas ou de outra natureza, mas unicamente científica ou literária».

Em sessão de 4 de Junho de 1889 era o mesmo projecto levado por João Franco Castelo Branco à Câmara dos Deputados (1). Finalmente, por despacho ministerial de 21 desse mês, o projecto era convertido em lei, que foi publicada no «Diário do Governo» n.º 146, de 4 de Julho do mesmo ano de 89. Ficou por este diploma garantida à Sociedade Martins Sarmiento a aquisição dos monumentos que o Investigador vimaranense desejava entregar-lhe, para os salvar da ruína.

Ao abrigo desta sensata lei de protecção aos nossos monumentos, começou então a Sociedade a entrar na posse daqueles que Sarmiento ia comprando à sua custa e lhe oferecia, se bem que nos documentos respectivos figure sempre como compradora a Sociedade Martins Sarmiento.

O primeiro monumento comprado foi uma *mamoá*, na freguesia de Donai, próxima de Bragança, no ano de 1891. «Mamoá», «mámoa» ou «mamoinha» é o nome popular (derivado de *mama*?) de uma sepultura megalítica, consistindo numa caixa rectangular construída com grandes pedras, que formam as paredes e a tampa, tudo coberto de terra, que assim constitui um montículo ou *tumulus*, bem destacado do solo. Por vezes, sob essa elevação de

(1) Diário da Câmara dos Deputados, de 1889, p. 1027. No Arq. de Res. da Sociedade Martins Sarmiento existe uma carta de João Franco para Sarmiento, de 5-6-89, comunicando-lhe que o projecto havia sido aprovado na Câmara dos Deputados. (Vide vol. VI da Correspondência ms. inédita para Martins Sarmiento).

terreno, encontra-se um autêntico dólmen, a que o povo chama *anta*, *arca* ou *orca*, conforme as regiões (1). Em 1892 foi adquirido o dólmen de Pêra do Moço, perto da cidade da Guarda; neste mesmo ano foi comprada a estátua colossal, de Pedraiva, que mais tarde, muito depois de falecido Martins Sarmiento, se conseguiu deslocar para o Museu da Sociedade; e, ainda em 92, uma mamoa tendo próximos quatro pequenos monumentos «em forma de marcos», adquiridos perto das Caldas das Taipas. Em 1894, a Sociedade tomou posse de outra mamoa e de um penedo com insculpturas, situados na freguesia do Salvador de Briteiros (2); e, também nesse ano, obteve uma gruta com espólio neolítico, existente na base de um grande penedo, na freguesia de Soalhães (Marco de Canaveses). Finalmente, em 1898 era adquirido o chamado «Forno dos Mouros» e, perto dele, uma lage repleta de interessantes petróglifos, na freguesia das Carvalhas, do Concelho de Barcelos. No ano imediato falecia Sarmiento, e, desde então, desaparecido o incansável e benemérito doador, não mais a Instituição voltou a conseguir qualquer monumento desta natureza.

Ainda no ano de 1887 pôde Sarmiento obter da Câmara Municipal de Caminha a proibição do corte de um penedo com gravuras pré-históricas, na freguesia de Lanhelas, e em 1893 tentou em vão comprar uma anta, no Lugar da Portelagem, Concelho de Esposende. A muitos outros monumentos, que prenderam vivamente a sua atenção e de que deixou notícia, mas que não conseguira adquirir (como o dólmen da Barrosa, em Âncora, a inscrição rupestre latina de Sanfins, em Paços de Ferreira, etc.), dispensou sempre a maior protecção que pôde, recomen-

(1) Sobre as denominações populares dos megálitos, vide J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, vol. I, 1897, pág. 249 e ss.

(2) O povo dá geralmente a esta freguesia a designação de *S. Salvador de Briteiros* e não do *Salvador*. Com o nome de *Britelros* há três freguesias contiguas, cujos oragos são respectivamente Santo Estevão, O Salvador e Santa Leocádia.

dando instantemente aos respectivos proprietários a sua conservação.

Após a morte de Sarmento, como ninguém mais manifestou aquele vivo interesse que ele mantinha por estes monumentos que ia adquirindo, também, à medida que os anos decorriam, o conhecimento local de que estas propriedades arqueológicas pertenciam à Sociedade se foi desvanecendo a pouco e pouco da lembrança dos habitantes das freguesias onde tais propriedades existem; e por isso o vulgo poderia praticar impunemente os seus habituais danos nestes monumentos, convencido de que aquilo não tinha dono, ou de que o proprietário residia longe de mais para poder vigiar e defender o que lhe pertencia.

Na boa intenção, aliás de resultados pouco seguros, de obstar a que esses monumentos fossem danificados, a Direcção da Sociedade aprovou, ainda em vida de Sarmento, na sessão de 4 de Abril de 1894, uma proposta no sentido de se mandar gravar em todos eles as iniciais—S. M. S. Mas nem sequer a proposta chegou a ter execução. E assim ficaram, mais ou menos esquecidos, durante três decénios, os imóveis arqueológicos da Sociedade!

Em 1926, no mesmo louvável intuito de defesa destes monumentos, a Direcção da Sociedade enviou, em 21 de Julho, uma circular aos párocos das respectivas freguesias mais distantes, pedindo-lhes que fizessem constar os direitos que a Instituição possuía sobre essas propriedades, e solicitando ao mesmo tempo informações acerca do estado de conservação em que elas se encontravam. Alguns párocos responderam atenciosamente, outros com manifesta má vontade, e ainda outros nem sequer chegaram a acusar a recepção do officio. Os imóveis situados na área do Concelho de Guimarães foram, nessa mesma ocasião, directamente inspeccionados por quem estas linhas subscreve, que era, à data, o presidente da Direcção da Sociedade.

Resta-nos aludir às célebres ruínas da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso (*Fig. 5*), que, apesar de não serem propriedades da Sociedade Martins Sarmento, a esta Instituição foram atribuídos, em diplomas legais, o dever de zelar pela sua conserva-

ção e o exclusivo direito de aí praticar e dirigir escavações arqueológicas. Catorze anos antes da publicação da lei de 1889, segundo a qual a Sociedade foi autorizada a comprar os imóveis que lhe ficaram pertencendo, já Martins Sarmento havia adquirido pessoalmente (e, nessa data, nem tão-pouco a Sociedade existia ainda), por meio de aforamento à Câmara



Fig. 5 — Os montes da Citânia e de Sabroso vistos da estrada de Guimarães-Braga.

(Fot. do autor)

Municipal de Guimarães, os terrenos baldios do Monte de S. Romão, na freguesia do Salvador de Briteiros (*Fig. 6*), onde se encontra a famosa Citânia, cujas explorações o consagraram definitivamente como arqueólogo, e lhe grangearam, como homem de ciência, um renome europeu de imorredoiro prestígio. Teve lugar esta aquisição em 1875, e, dois anos após, oficiava Sarmento novamente à Câmara, pedindo nessa altura, não para aforar, mas simplesmente para realizar também escavações nos baldios do Monte de Sabroso, e solicitando a protecção do Município no sentido de proibir a destruição de

vários penedos com gravuras pré-históricas situados naquele monte, penedos que o requerente mandaria marcar com uma cruz. Em 79, numa segunda arrematação de terrenos baldios do Monte da Citânia, aforava ainda Martins Sarmiento uma gleba onde se encontra um penedo a que ali chamam «Pedra Cavalgar», por estar situado sobre outro, e ao qual

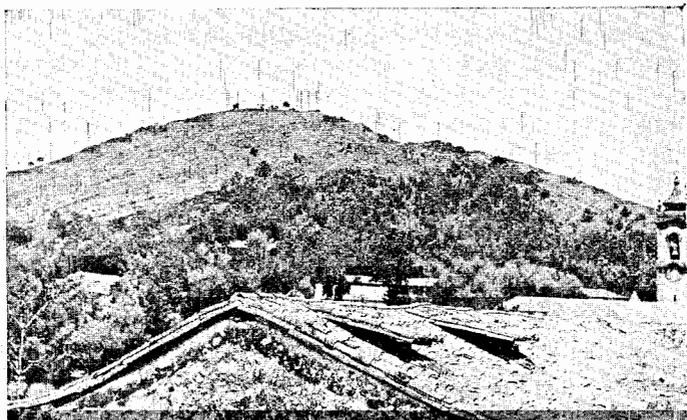


Fig. 6 — Aspecto do Monte de S. Romão, ou da Citânia, visto da Casa de Martins Sarmiento, em Britelros.

(Antigo cliché de M. Sarmiento)

o Investigador ligava certo interesse arqueológico (Fig. 18).

Estes terrenos do Monte de S. Romão de Britelros aforados por Sarmiento foram as únicas propriedades que, posteriormente, não passaram para a posse da Sociedade, tendo-os o benemérito Arqueólogo legado, no seu testamento, à Câmara Municipal de Guimarães, em prova de gratidão à entidade que lhe havia franqueado e facilitado a exploração das ruínas. Contudo este donativo foi feito sob a reserva de ficar pertencendo à Sociedade o encargo da conservação da Citânia ali existente. E, para

habilitar esta Sociedade a assumir a responsabilidade do encargo, legou-lhe simultâneamente uma das suas quintas de Briteiros, a fim de a Instituição poder empregar nos trabalhos da Citânia o rendimento anual dessa propriedade rústica.

Historiadas, em linhas gerais, as profícuas diligências que Sarmento efectuo no sentido de proteger da destruição e da ruína, por vezes implacável, tantos monumentos que a sua dedicação ao estudo das antiguidades pátrias o levava a defender com desvelado carinho, passamos agora a fazer uma descrição mais detalhada de cada um desses monumentos que ele conseguiu adquirir, suas características particulares, referências bibliográficas, condições de compra, algumas delas envolvendo, por sinal, factos curiosos, etc. Em seguida, faremos também menção de alguns outros monumentos, que interessaram igualmente o Arqueólogo, e dos quais, aliás, a Sociedade não possui qualquer documento de posse, mas cuja compra Sarmento não deixara de tentar realizar, embora sem resultado favorável. Finalmente, encerramos este modesto trabalho (cujo propósito essencial é, como se disse, contribuir, na medida do possível, para a defesa dos monumentos da Sociedade) com a transcrição na íntegra, ou só por extracto do que mais interessar, dos documentos originais de aquisição, que a Sociedade conserva arquivados em seu poder.

Seguimos, neste inventário, a ordem cronológica das aquisições dos monumentos.

I

Ruínas da Citânia de Briteiros (Guimarães)

Foi em fins de 1874 que Martins Sarmento tomou a resolução de proceder a explorações arqueológicas nas ruínas da Citânia de Briteiros, que de facto iniciou no ano imediato. Como esses terrenos eram

baldios (1), e estavam situados não apenas na freguesia do Salvador de Briteiros, onde Sarmento tinha a sua casa avoenga, mas igualmente na de Donim, requereu à Câmara de Guimarães, em 5 de Outubro desse ano de 74, o aforamento dos mesmos, para assim poder trabalhar à vontade nos tractos que lhe ficassem pertencendo, sem quaisquer obstáculos ou entraves por parte dos povos daquelas freguesias (Vide *Doc. II*). A Câmara enviou o requerimento às respectivas juntas de paróquia, para estas darem o seu parecer sobre a pretensão. Parece, porém, que Sarmento não estava nessa altura em amistasas relações com o pároco de Briteiros, que era simultâneamente o presidente da Junta, pois este informou o requerimento o pior possível, sendo apoiado nessa má informação pelo abade de Donim. Dizia o padre, no seu documento, que do Monte de S. Romão se utilizavam os proprietários vizinhos «para trazerem seus gados a pastar, e roçarem algum saganho (2) para suas culturas e para seu queimar», porque havia ali muitos proprietários, incluindo ele próprio (em relação ao cultivo do passal), que não tinham «onde roçar uma panada (3) de mato ou de saganho», acrescentando que «muitos pobres miseráveis» daquela e de outras freguesias ali iam diária-

(1) O Concelho de Guimarães foi rico em terrenos baldios, ou maninhos, que durante longos anos constituíram logradouro comum. Porém, a pouco e pouco, foram-se apossando deles os particulares, de forma que actualmente estão perdidos como propriedade municipal, tanto mais que os velhos tombo dos baldios camarários, mandados elaborar durante o século XVII, levaram descaminho, e hoje a Câmara de Guimarães não possui, infelizmente, qualquer lista dos largos montados que lhe pertenciam, espalhados pelas 73 freguesias do Concelho! (Vide Alberto V. Braga, «Curiosidades de Guimarães. IV — Maninhos», in *Revista de Guimarães*, vol. XLII, 1932, p. 184 e ss., vol. XLIV, 1934, p. 238 e ss.).

(2) *Saganho* ou *saganha*, provincianismo minhoto empregado para designar uma planta montesinha vulgar nesta região, o «*Cistus hirsutus*» Lin.

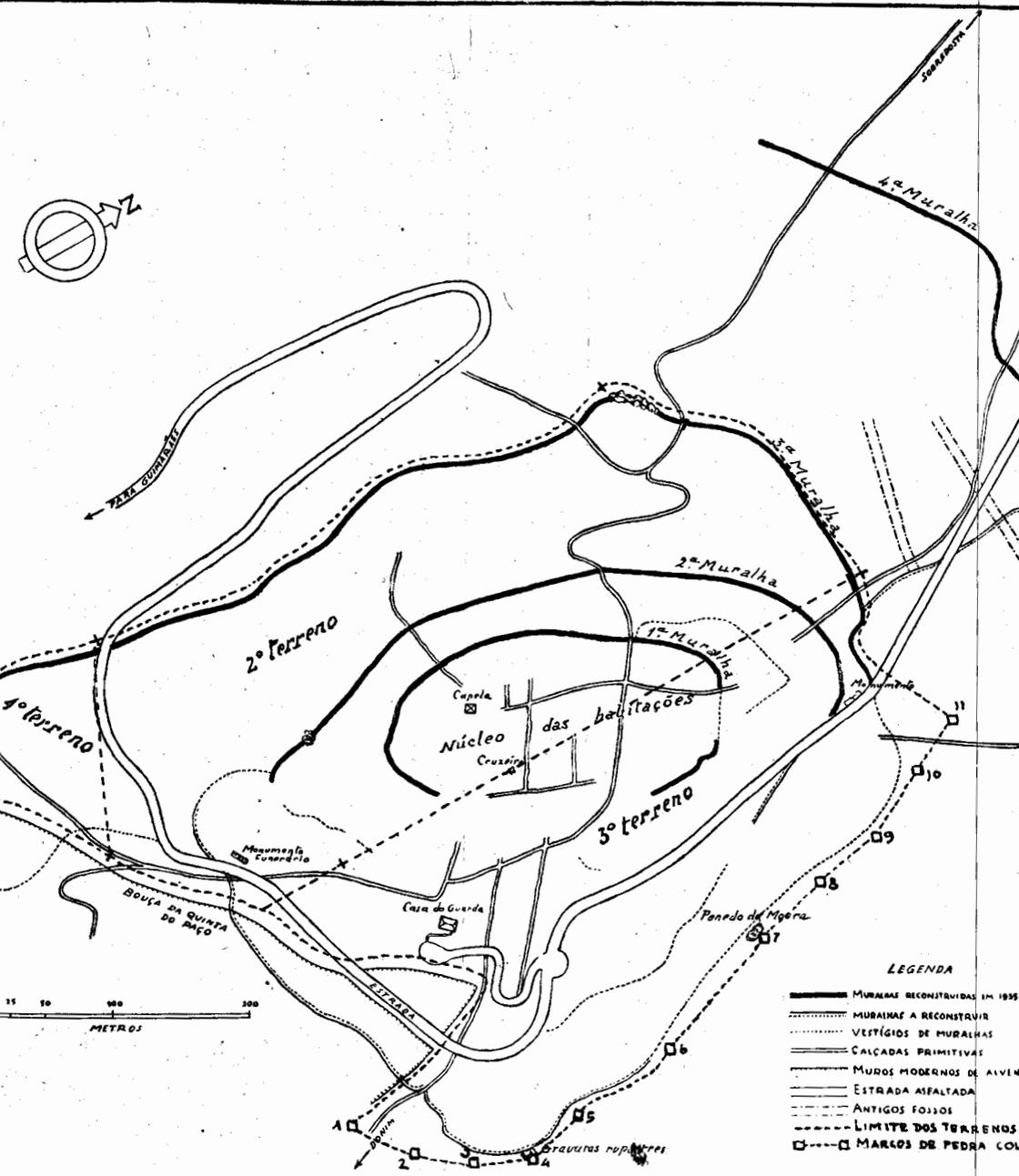
(3) *Panada*, provincianismo minhoto significando o mesmo que *paveia*, que é cada um dos pequenos aglomerados de mato que os roçadores vão formando, para depois carregarem no carro de bois.

mente «buscar saganhos para cozer o seu pãozinho», e, faltando-lhe estes saganhos, «*morreriam à necessidade*»! E finalizava a informação jurando pelos Santos Evangelhos que dizia a verdade. Como se vê, o presidente da Junta pintava o quadro o mais negro possível. Porém, o exagero era flagrante, pois mesmo privados da parte do monte onde existem as ruínas da Citânia (*Fig. 9*), que era a única zona que interessava a Martins Sarmento, ainda restavam aos pobres da região muitos terrenos baldios, para deles se poderem utilizar à vontade. Ainda hoje, não há pobre daquelas freguesias que queira cortar o mato, que rapidamente cresce por entre as ruínas da Citânia, dada a canseira e dificuldade de o roçar, pois em tão grande quantidade é o pedregulho solto, por ali espalhado, que o rendimento do trabalho se torna extremamente moroso, com a agravante de se inutilizarem em pouco tempo os ferros das enxadas. Por esta razão todos os anos a Sociedade se vê na necessidade de pagar o serviço de limpeza e queima do mato e silvados que invadem as ruínas, e que ninguém aceita como simples paga do trabalho de os roçar.

Mas, apesar daquela má vontade do pároco, que procurava contrariar os esforços de Sarmento, por sua vez empenhado em salvar a Citânia do vandalismo indígena e iniciar ali os trabalhos que tanto o haviam de notabilizar, a Câmara foi favorável ao requerente, e marcou o dia 16 de Novembro desse ano de 74 para a vistoria, a fim de se proceder à medição e avaliação do terreno maninho pretendido pelo Arqueólogo. Teve, porém, Martins Sarmento o cuidado de officiar à Junta de Paróquia, para que esta fizesse constar que a gente pobre poderia continuar a roçar ali os matos, para gasto nas suas casas.

A vistoria teve lugar com manifesto desgosto do povo de Briteiros, possivelmente incitado pelo padre. Sarmento comenta assim, nos seus cadernos manuscritos, com amarga ironia, aquela diligência official:

«O incidente desagradável de duas mulheres que, por mais de um quarto de hora, vieram a grasnar contra os ricos, que, quanto mais tinham mais queriam, etc., agou-me um



da Citânia de Briteiros, com as linhas de fortificações reconstituídas desde 1935 a 1949, com o traçado das antigas áreas de terreno aforadas por Martins Sarmento em 1875.

pouco a glória de arqueólogo, que o Avelino cantou na *Justiça*, e a *Religião e Pátria* transcreveu». (1)

Na vistoria foram marcados três tractos de terreno (*Fig. 7*) abrangendo as ruínas e tendo por limite uma linha que acompanhava, pelo lado exterior, os vestígios do terceiro e mais amplo circuito de muralhas, num total de 174.300 metros quadrados. O foro anual destes terrenos foi avaliado pelos louvados em 10 tostões. Bons tempos esses em que um escudo representava quantia apreciável! Em 10 de Dezembro foram os terrenos postos em hasta pública e arrematados por Martins Sarmento, que os aforou por 5.000 réis anuais, cobrindo assim o maior lanço; e, em 31 de Maio de 1875, satisfeitas todas as formalidades legais, entrava na posse da sua Citânia! Um mês depois iniciava ali as explorações que haviam de constituir um marco miliário na história da Arqueologia portuguesa!

Apesar, porém, de o terreno deixar desde então de ser baldio camarário, nem por isso os tais «pobres miseráveis», que, no dizer do abade, morreriam à míngua se lhe faltassem os «saganhos», deixaram de continuar invadindo a Citânia, não para roçarem os matos, como Sarmento consentia e desejava, mas para continuarem cometendo nas ruínas os

(1) Martins Sarmento, *Manuscritos inéditos*, Cad. 23, p. 77, e *Revista de Guimarães*, vol. XX, 1903, p. 16.

O «Avelino», a quem se refere aqui Martins Sarmento, era o seu amigo Dr. Avelino da Silva Guimarães, falecido em 18 de Maio de 1901. Foi um vimaranense ilustre, advogado distintíssimo, escritor, jornalista e orador. Colaborou activamente na «*Revista de Guimarães*», e durante quatro anos ocupou com brilho a presidência da Direcção da Sociedade Martins Sarmento, da qual era sócio fundador. (Vide notas biográficas a seu respeito na *Revista de Guimarães*, vol. XIX, 1902, p. 5 e ss.).

A «*Religião e Pátria*», e a «*Justiça de Guimarães*» eram dois periódicos vimaranenses, o primeiro dos quais teve vida longa, pois se publicou durante 33 anos, desde 1862 a 1895; a vida do segundo, porém, foi efémera, apenas se publicando 19 números, desde Fevereiro a Agosto de 1872. (Vide Alberto Braga, «O quinquagésimo aniversário da *Revista de Guimarães*, e a vida das publicações periódicas vimaranenses» in *Revista de Guimarães*, vol. L, 1940, p. 39 e 41).

seus habituais vandalismos. Com o decorrer das escavações, a curiosidade popular aumentava e as tropelias e destruições recrudesciam. Nunca Sarmento teve meio de lhes pôr inteiramente cobro. Um ano antes de falecer, ainda ele se lastimava, numa carta dirigida ao seu grande amigo P.^e Martins Capela:

«Os destroços que os vândalos têm feito na Citânia e em Sabroso trouxeram-me alguns anos pouco menos de furioso. O meu furor foi abatendo como todas as fogueiras, ficou-me só uma espécie de tédio por tudo isto que me cerca, esta anarquia e impunidade sempre em maré crescente.» (1)

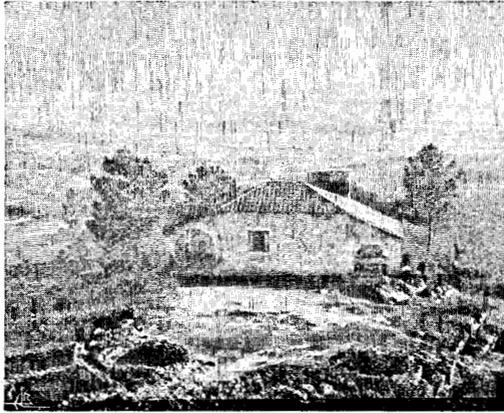


Fig. 8—A casa do guarda da Citânia, inaugurada em Feberelro de 1935.

(Fot. do autor)

Tal estado de coisas só terminou verdadeiramente em 1935, quando a Sociedade, com o auxílio da comparticipação do Estado, inaugurou uma casa de habitação para o guarda (Fig. 8), que desde então ali se mantém permanentemente, de vigilância às ruínas (2). Durante muitos anos, o desejo de con-

(1) *Correspondência* inédita de Martins Sarmento, no Arquivo de Reservados da Sociedade Martins Sarmento. Carta de 22-12-98 ao P.^e Martins Capela. (Vide *Revista de Guimarães*, vol. XLVIII, 1938, p. 209).

(2) A portaria que mandou inaugurar e entregar à Sociedade Martins Sarmento a casa de habitação do guarda, cons-

seguir do Governo esse guarda constituiu para Sarmento uma preocupação premente, mas nunca teve a alegria de ver realizada a sua vontade. Em 1877, dois anos após o começo das escavações, quando o Marquês de Sousa Holstein, de visita à Citânia, lhe perguntou se ele apreciaria ser distinguido pelo Governo com alguma condecoração, como justa recompensa dos seus notáveis trabalhos científicos, respondeu-lhe que respeitava todos os títulos antigos, mas que em pouca conta tinha os recentes e não herdados. E que o maior favor que lhe poderia fazer o Governo, se realmente considerava a Citânia um valor histórico e nacional, era arranjar-lhe um guarda que lhe defendesse as velharias contra a gaiatada que infestava o monte na sua ausência, e se entretinha a demolir o que lhe apetecia (1).

truída com a comparticipação do Ministério das Obras Públicas, é de 3-12-1934, publicada no «Diário do Governo», 2.^a série, n.º 287, de 7-12-1934. (Vide *Revista de Guimarães*, vol. XLIV, 1934, p. 278). A inauguração realizou-se em 24-2-1935. (Vide *Revista de Guimarães*, vol. XLV, 1935, p. 56), mas o auto de entrega definitiva só tem a data de 18-9-1939. (Vide *Revista de Guimarães*, vol. XLIX, 1939, p. 209).

(1) Vide tomo III dos *Mss. inéditos* de Martins Sarmento, de 1892, cad. 32, p. 1, e *Revista de Guimarães*, Número Especial, MCM, p. 17.

Na citada página dos seus Apontamentos manuscritos relata Sarmento o curioso incidente de lhe ter sido recusada pelo ministro, Duque d'Ávila, a Comenda de S. Tiago que o Marquês de Sousa Holstein chegara realmente a pedir, para de algum modo serem premiados os trabalhos do insigne explorador da Citânia! Conta o Arqueólogo vimaranense que, mais tarde, por interferência de um velho amigo, que o não consultara previamente, lhe fôra, por fim, concedido o hábito de S. Tiago, mas que, nessa altura, se recusara aceitá-lo. O ministro, supondo que Sarmento dispensara a honraria por a achar insignificante para os seus méritos próprios, replicara com aze-dume: «Que mais pode querer um escavador de montes?!». Esta expressão depreciativa, provocou a Sarmento o seguinte comentário, que extraímos, na íntegra, dessa mesma anotação: «...eu nem achava pouco, nem muito. Tanto recusava o hábito, como outra coisa muito mais valiosa, para os que avaliavam estas futilidades. O desprezo pelo *escavador de montes* é que me pareceu sofrivelmente bacoco para um ministro do Reino. Rodrigues Sampaio, quando ministro, era mais ático na sua expressão. Este assinou uma portaria de louvor pelo meu trabalho de *escavar montes*, e, conversando com um deputado

Após a morte de Sarmiento, em 1899, as explorações da Citânia só prosseguiram volvidos trinta anos, quando, a partir de 1930, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais começou a conceder, a instâncias da Sociedade, algumas verbas para tal fim (1). Não pode dizer-se, com justiça, que a Sociedade, cuja nobre missão é honrar a memória e perpetuar a Obra do sábio vimaranense, tenha, desde então, descurado a protecção dos restos milenários da mais importante das povoações primitivas do

desta região, perguntava-lhe com interesse: — Como vão os ilustres caquinhos?... Curioso tudo isto e animador ».

Acrescentava Sarmiento que, por ocasião da visita dos arqueólogos portugueses à Citânia, em Junho de 1877, Augusto Soromenho lhe dissera, com rude franqueza, referindo-se aos visitantes: « Creia você que tudo isto não dá nada. Receberá alguma recompensa aos seus trabalhos no incitamento dos estrangeiros; do país não espere nada ». « Eu ri-me (escreveu Sarmiento, fechando a nota), mas a verdade é que não contei nunca com recompensas, nem de dentro, nem de fora do país. As minhas escavações tinham por único fim procurar elementos e documentos que me guiassem mais seguramente que os livros no problema das nossas origens étnicas, que me namorava há poucos anos, e nunca pretendi as honras de arqueólogo ».

A portaria de louvor, que Sarmiento recebera de Rodrigues Sampaio, é de 21 de Agosto de 1876, publicada no «Diário do Governo» n.º 204 de 12 de Setembro do mesmo ano (Vide Doc. III e *Revista de Guimarães*, vol. I, 1884, p. 49-50, onde vêm relacionadas todas as condecorações e títulos académicos e honoríficos recebidos por Martins Sarmiento, e onde, por alto, se alude também ao incidente da Comenda de S. Tiago).

Camilo Castelo Branco comenta, na sua linguagem sacudida e cáustica como ferro em brasa, a recusa da concessão do hábito de S. Tiago a Martins Sarmiento pelo então ministro Duque d'Ávila e Bolama. Alcinha irónicamente o ministro de António José *da vila*, em vez de *d'Ávila*, e verbera, com mordaz severidade, a mesquinhez do acto com que fora vexado o insigne Arqueólogo vimaranense. (Vide *Echos Humorísticos do Minho*, Porto, 1880, n.º 1, p. 6-8). João de Meira transcreve, em nota, estas páginas camilianas, num folheto que publicou no Porto em 1905, contendo 13 cartas de Camilo a Martins Sarmiento (p. 11, nota 3). Eduardo d'Almeida reproduziu igualmente esses comentários ásperos de Camilo num artigo intitulado «Camilo e Sarmiento» (*Revista de Guimarães*, vol. XXXV, 1925, p. 49-50).

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. XXXIX, 1929, páginas 227 e 252.

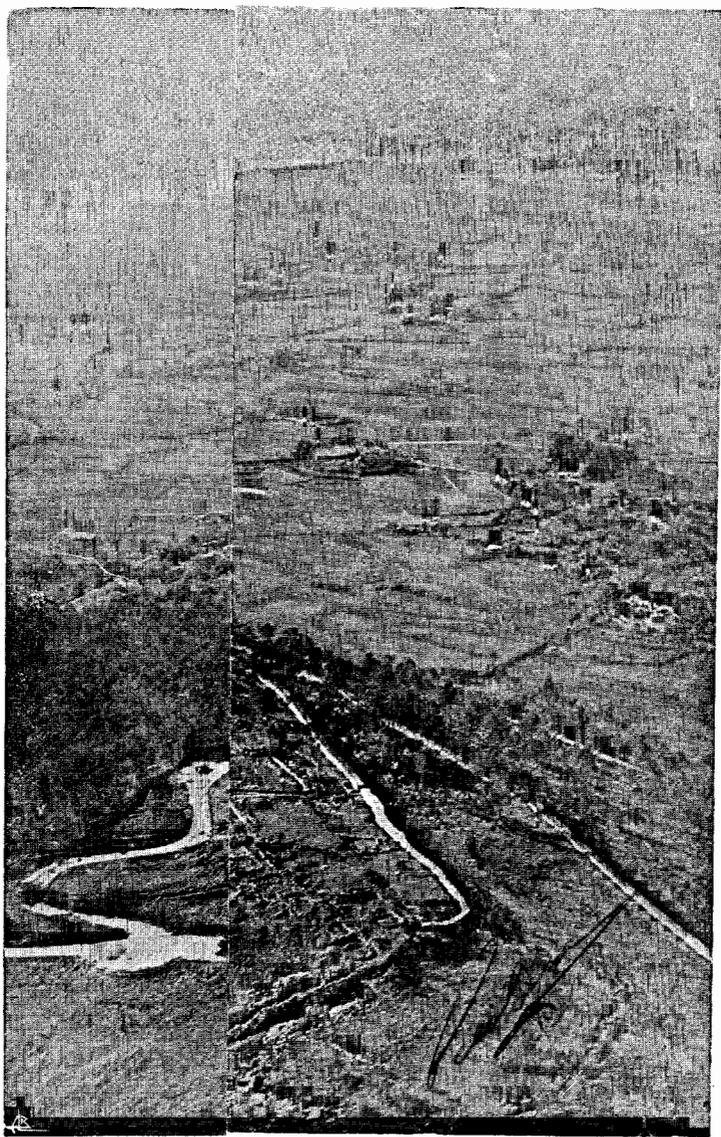
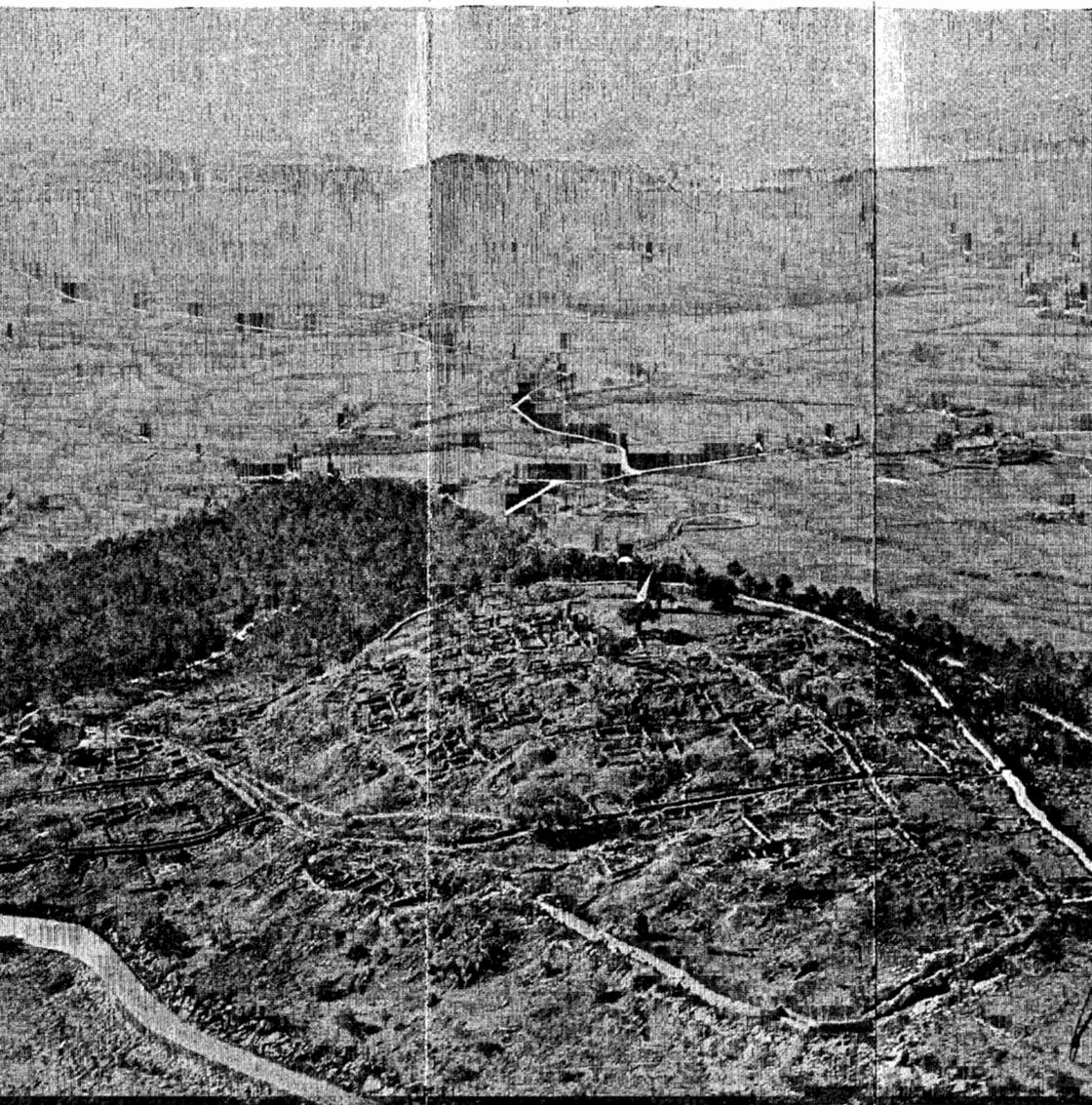


Fig. 9 — Panorama aéreo. No último plano, ao centro, o Castro de Sabroso.

(Cliché do Coronel Aviador Sr. Pinheiro Correia)



da Citânia de Briteiros, vendo-se parte das cinturas de muralhas reconstituídas a partir de 1935. No último plano, ao

o Cliché do Coronel A

Norte de Portugal (*Fig. 9*). Ainda recentemente, em 1948, a Direcção da Colectividade ordenou uma obra muito útil para a defesa da Citânia: a balizagem das ruínas com marcos de pedra, colocados na vertente nascente do monte, voltada a Donim ⁽¹⁾, lado em que os limites do terreno aforado tinham ficado imprecisos, visto que do norte e poente a área Citânia está bem demarcada pela terceira linha de muralhas, quase totalmente reconstruída desde 1935 até ao presente ⁽²⁾, e pelo lado sul é limitada pelo muro da tapada da Quinta do Paço (*Vide Fig. 7*).

As explorações realizadas por Martins Sarmento prosseguiram até começos de 1884. As últimas notas do seu Diário das escavações são de Junho e Julho de 1883. O seu entusiasmo foi cansando lentamente, como também a bolsa, em face das avultadas quantias que ali gastou, sem o menor auxílio do Estado ⁽³⁾. Nos seus apontamentos manuscritos encontra-se esta nota, relativa ao ano de 1892, lançada em Briteiros:

«Há oito anos que não tinha voltado ao quartel general (*a sua casa de Briteiros. Vide Fig. 10*), onde passava três meses de verão, para dirigir as escavações da Citânia e do Sabroso. Estava amuado com os meus velhos amores, e com medo de encerrar com eles Apesar de pouco sentimental, a visita àquelas ruínas causa-me uma tristeza vaga. Na Citânia ninguém vê as almas penadas dos que ali foram com interesse, e não pertencem já ao mundo dos vivos — o Marquês de Sousa Holstein, Soromenho, Filipe Simões, o bom do Ro-

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. LVII, 1947, p. 215 e 221, e vol. LVIII, 1948, p. 120.

(2) Vide *Revista de Guimarães*, vol. XLV, 1935, páginas 164-166.

(3) Como Sarmento era um proprietário de recursos, as grandes quantias que dispendeu nas suas explorações arqueológicas eram por vezes tidas em menos conta pelos que o alcunhavam de «homem rico», a quem o dinheiro sobrava. Contra esta opinião reagiu o estudioso nas suas *Observações à Citânia do Sr. Doutor Emilio Hübner* (Porto, 1879, p. 46), fazendo o seguinte comentário: «... nem podem lutar com explorações em tal escala as forças da bolsa de um particular, que — já me tarda dizê-lo — não é tão abastado como o inculcam alguns adjectivos impertinentes».

drigues (*Simão Rodrigues Ferreira*), Henri Martin, Visconde de Pindela, Estácio da Veiga...» (1).

Nestas linhas, onde transparece uma nota de saudade e desalento, adivinha-se o Homem que consumiu uma boa parte das suas energias e da sua

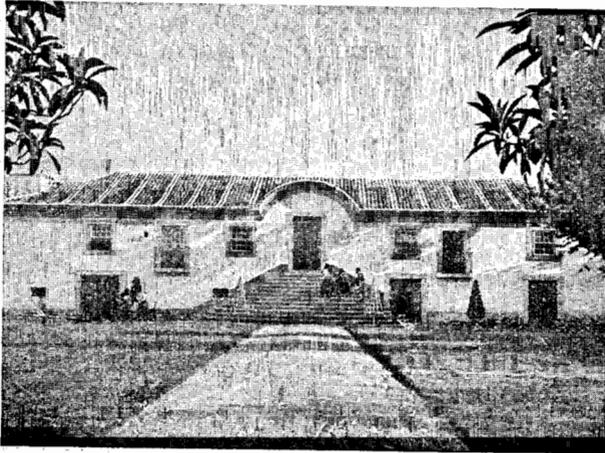


Fig. 10 - A casa de Martins Sarmiento, em Briteiros, que o Arqueólogo habitava durante as escavações da Citânia e de Sabroso.

vida no entusiasmo ardente e febril de pretender decifrar, como tanto ambicionava, o mistério daquelas ruínas!

As ruínas da Citânia legou-as Martins Sarmiento ao Município da sua terra natal. Voltaram assim à posse da Câmara os terrenos que ela tinha conce-

(1) Vide *Revista de Guimarães*, Número Especial, MCM, p. 17. (Cf. tomo III dos Mss. inéditos de Martins Sarmiento Cad. 32, p. 1). Com todos estes homens de estudo que Sarmiento cita com saudade, ele se correspondeu largamente, discutindo assuntos de arqueologia, especialmente os relacionados com as escavações da Citânia. Do Marquês de Sousa Holstein foram publicadas as cartas para Sarmiento no vol. XLIX (1939) da *Revista de Guimarães*. Sarmiento, com a franqueza e desinteresse que lhe eram peculiares, forneceu-lhe copiosa documentação para um artigo que o Marquês mostrara

dido a Sarmento. Restituição honrosa, depois de valorizada pelo trabalho ingente de um sábio! No testamento, que por seu punho escreveu em Fevereiro de 1890, lançou esta cláusula:

«Deixo à Câmara Municipal desta Cidade e Concelho de Guimarães a parte do Monte de S. Romão, na freguesia de S. Salvador de Briteiros, de natureza de prazo, foreiro à mesma Câmara, onde estão as ruínas da Citânia, com a condição de ser a sua administração e conservação entregues à Sociedade Martins Sarmento, instituída nesta Cidade, enquanto ela durar.»

E acrescentou:

«Deixo à mesma Sociedade Martins Sarmento a minha Quinta do Carvalho, sita na freguesia de S. Salvador, com as suas respectivas pertenças, para que, com o rendimento dela, possa prover aos reparos, ou continuar as escavações da Citânia, ou de qualquer outro monumento arqueológico» (1).

Destas célebres ruínas de Briteiros, hoje bem conhecidas e consideradas «monumento nacional», não cabe fazer aqui qualquer descrição, nem dos trabalhos que durante nove anos lá realizou Martins Sarmento, nem do abundante e riquíssimo espólio ali recolhido quer pelo Arqueólogo, quer depois dele. Tão pouco se faz menção da extensa

vontade de escrever sobre a Citânia. O eminente cientista vimezanense não se preocupava com questões de prioridade, mesmo quando se tratava das suas descobertas. Não pensavam assim, com igual isenção, muitos dos cultores do mesmo ramo de estudos, com quem se correspondia. É curiosa sob este aspecto uma carta de Augusto Soromenho para Sarmento, de 4-9-1876 (vol. IV da *Corresp. inédita* para Sarmento, no Arq. de Res. da Soc.), na qual faz alusões satíricas ao arqueólogo Possidónio da Silva, um dos fundadores da Ass. dos Arq. Portugueses, a Pereira Caldas, prof. do liceu de Braga, e ao Marquês de Sousa Holstein, dizendo que eles especulavam «com o trabalho e estudo dos outros, em benefício próprio». A esta apreciação desprimorosa, e por certo injusta, alude Martins Sarmento nas suas notas manuscritas (Cad. 37, de 1876-77, p. 68-69).

(1) Parte do testamento de Martins Sarmento foi transcrita no vol. I da *Portugália* (Porto, 1899-1903, p. 421), em seguida a um artigo sobre o Arqueólogo, belo retrato psicológico traçado na ocasião da sua morte pelo Historiador Alberto Sampaio.

bibliografia que a esta importante estação arqueológica anda ligada. Tudo isso foi compilado, e corre impresso, numa monografia que, em 1930, a Sociedade publicou, e da qual saíram já três edições (1).

II

Castro de Sabroso (Guimarães)

O Castro de Sabroso, tal como a Citânia de Briteiros, é propriedade da Câmara Municipal de Guimarães (Fig. 11). Mas, enquanto que a Citânia per-



Fig. 11 — *Um aspecto do Castro de Sabroso.*

(Fot. do autor)

tenceu, de facto, a Martins Sarmiento, o terreno onde está situado o Castro de Sabroso nunca deixou de pertencer aos baldios camarários, pois não chegou a

(1) Mário Cardozo, *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva*. Ed. da Sociedade Martins Sarmiento, subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura. Guimarães, 1.ª ed. (1930), 2.ª ed. (1938), 3.ª ed. (1948).

ser aforado pelo investigador vimaranense, talvez porque não se lhe oferecesse oportunidade para o fazer, ou tivessem surgido quaisquer obstáculos. E assim, no seu testamento não faz, como é óbvio, a menor referência a esta notável estação arqueológica, que aliás tanto havia prendido a sua curiosidade científica, e onde praticara explorações tanto ou mais importantes que as da Citânia. É curioso notar que, apesar de Martins Sarmento não ter legado à Câmara senão a Citânia, visto que o Sabroso lhe não pertencia, todas as renovações do Contrato de 1882, estabelecido entre a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães, que tiveram lugar respectivamente em 1906, 1926 e 1934, determinam, numa das suas cláusulas, que: «A Sociedade fica obrigada a manter e conservar as estações pré-históricas da Citânia e de Sabroso, que foram legadas à Câmara pelo Dr. Francisco Martins Sarmento». Lapsos que, nestes termos, se vem repetindo, mas que aliás não oferece inconveniente algum. Pelo contrário...

Outro *oppidum*, como o de Sabroso nas proximidades da Citânia, que muito prendeu também a atenção de Sarmento, foi o Castro situado no Monte de Santa Iria, a norte da Citânia, sobre Donim (*Fig. 12*). Posto se encontrem aí, ainda hoje bem visíveis, aflorando no terreno, as muralhas do velho Castro (que não há muito visitámos, em 13 de Maio de 1948), ⁽¹⁾ nunca Martins Sarmento chegou a efectuar nessas ruínas qualquer prospecção ou escavações, que aliás tencionava iniciar em 1879. Não se lhe ofereceu a oportunidade de satisfazer essa intenção, que deixou bem patente em vários dos seus escritos ⁽²⁾. Possivelmente porque, não sendo

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. LVIII, 1948, páginas 144-45.

(2) Vide, por ex.: Martins Sarmento, *Observações à Citânia do Sr. Doutor Emílio Hübner*, Porto, 1879, p. 46; *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 31-nota 4, e p. 489.

Homenagem a Martins Sarmento, Guimarães, 1933, páginas 14 e 15.

Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento, Guimarães, 1947, p. 18-nota 6, e p. 32-nota 2.

esse monte baldio, ter-lhe-iam surgido quaisquer dificuldades para a obtenção da licença que lhe permitisse iniciar as pesquisas.

Em 1877, Martins Sarmento requeria à Câmara Municipal de Guimarães autorização para efectuar escavações no Monte de Sabroso, tomando o compromisso de as construções que fossem postas a descoberto ficarem constituindo pertença da mesma Câmara, reservando o explorador apenas os objectos

Santa Iria

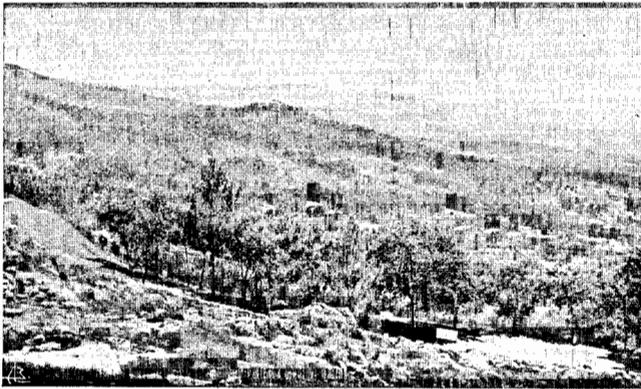


Fig. 12 — O Castro de Santa Iria, no 2.º plano, visto da Citânia.

(Fot. do autor)

exumados, tais como pedras avulsas ornamentadas, fragmentos de cerâmica e metal, etc. Pedia, ao mesmo tempo, que a Câmara proibisse a destruição de certos penedos ali situados contendo gravuras arcaicas (*Figs. 13 e 14*), os quais ele, com a devida permissão, faria marcar com uma cruz (*Vide Doc. III*). A Câmara deferiu este pedido em 27 de Setembro desse ano de 77, iniciando então Sarmento as escavações em 1878, que continuou durante algumas campanhas.

Ainda no tempo de Sarmento, e mesmo antes de ele iniciar ali as escavações, também nas ruínas de Sabroso, tal como acontecia nas da Citânia, o

vulgo se entretinha a praticar vandalismos, que justificavam plenamente os receios do sábio arqueólogo, quando pedia a protecção da Câmara para a conservação dos petróglifos. Em 1879, após a realização das primeiras explorações, escrevia Martins Sarmento, num belo estudo intitulado «Acerca das escavações de Sabroso»:

«Um dos pedreiros que mais implacavelmente tem trabalhado na destruição de Sabroso, onde a pedra é de excelente qualidade, disse-me ter achado umas cinco ou seis moedas, num lanço de muralha que demoliu» (*Vide Fig. 15*).



Fig. 13 - *Circunferências concêntricas gravadas num dos pedros da parte mais alta do Castro de Sabroso.*

(Fot. do autor)

E mais adiante, aludindo à cabeça de um verrão de pedra, lá encontrada, que actualmente está no Museu da Sociedade:

«Do corpo, ninguém deu notícias. Sabe dele, decerto, a cunha do montante que destruiu alguns monumentos megalíticos, que parece ter havido dentro do recinto dos muros» (1).

(1) Martins Sarmento, «Acerca das escavações de Sabroso (Estudo)», in *A Renascença*, Porto, 1879. Reproduzido in *Dispersos*, Coimbra, 1933, vide p. 25-nota 1, e p. 30-nota 4.

Anteriormente, por meados de 77, ao tempo dos primeiros reconhecimentos que precederam a exploração, registava o Arqueólogo no seu Caderno diário, também a propósito dos vandalismos cometidos no Sabroso :

«Dentro de alguns anos não haverá ali um penedo, a não ser o da base do marco geodésico».

A verdade é que, mais tarde, nem mesmo esse penedo escapou à destruição, não se conhecendo hoje onde esteve colocado o primitivo marco...

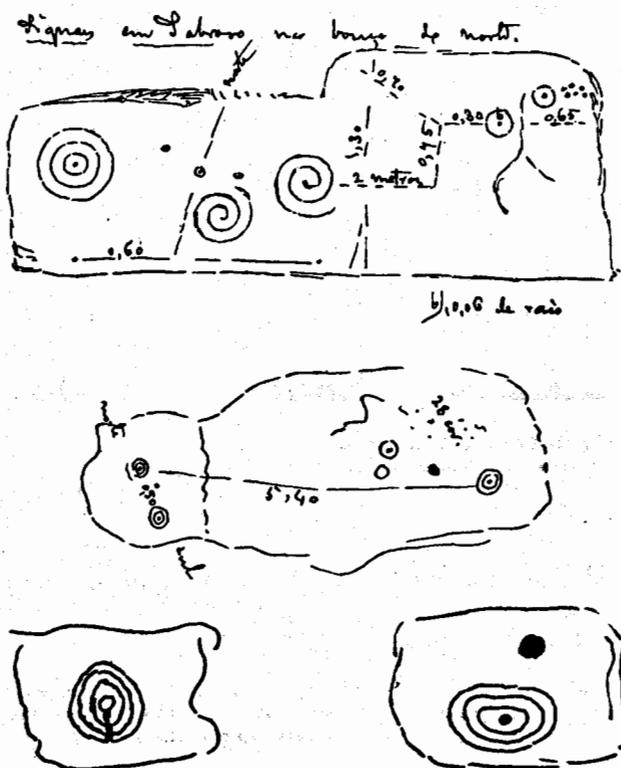


Fig. 14 — Gravuras rupestres do Monte de Sabroso.

(Desenhos de Martins Sarmiento, extraídos dos seus Manuscritos inéditos).

Mas, apesar destes factos apontados por Martins Sarmento, tanto estas ruínas de Sabroso como as da Citânia de Briteiros, após a morte do benemérito investigador, ficaram por longos anos lançadas

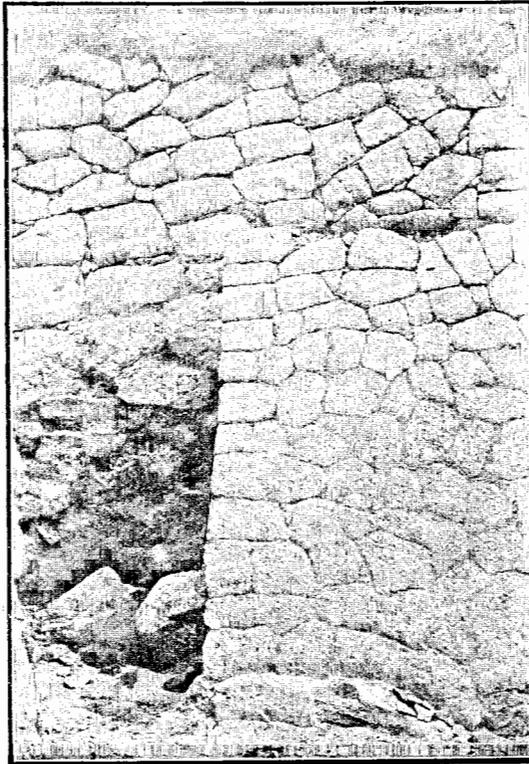


Fig. 15—Um detalhe interessante da muralha de Sabroso, mostrando o perfeito ajustamento das pedras (aparelho poligonal).

(Cliché de M. Sarmento)

ao mais lamentável abandono. Trinta anos esteve a Citânia, como dissemos, à espera de novas explorações! Se estas ruínas houvessem de sofrer apenas o desgaste inevitável que os anos vão causando nos monumentos do passado, expostos à acção di-

recta das intempéries, só teríamos a lamentar um ou outro pequeno desmoronamento devido principalmente à infiltração das águas pluviais, como teríamos a contar com a invasão do mato, alto e denso, que a pouco e pouco ia cobrindo tudo. Mas pior do que isso, infelizmente, foi sempre a acção destruidora do homem. Um facto bem demonstrativo o confirma, como vamos descrever.

Num officio datado de 21 de Outubro de 1919, dirigido ao presidente da Sociedade, o benemérito sócio honorário da Instituição, Dr. João Antunes Guimarães, comunicava que, ao efectuar uma visita às ruínas de Sabroso, deparara com uns pedreiros destroçando os penedos que coroavam o alto do Castro, havendo já destruído uma parte da muralha, para facilitarem o acesso aos carros de bois que dali retiravam a pedra, à medida que a iam partindo ⁽¹⁾. O informador fazia acompanhar este officio de uma fotografia, mostrando os danos praticados, e acrescentava ainda que já havia igualmente dado conhecimento do vandalismo ao vereador municipal a cujo cargo estava a zona das Caldas das Taipas ⁽²⁾. Em face desta comunicação, o presidente da Sociedade deu conhecimento dela ao presidente da Câmara em 30 desse mês, e, em sessão da Direcção de 3 de Novembro, transmitia também o assunto aos seus colegas da Instituição, sobre os quais pesava a grave responsabilidade da conservação daquelas ruínas. As providências tomadas não foram, porém, tão rápidas quanto a urgência do caso o requeria, pois, em sessão camarária de 9 de De-

(1) Ao Dr. João Antunes Guimarães se deve também um inestimável serviço prestado às ruínas da Citânia, pois foi por sua iniciativa e intervenção, quando Ministro do Comércio e Comunicações, que a Sociedade Martins Sarmento conseguiu a estrada de Briteiros à Citânia, que hoje constitui parte de um dos trajectos turísticos mais apreciados do Norte do País. (Vide *Revista de Guimarães*, vol. XXXIX, 1929, p. 227, e vol. XLI, 1931, p. 55-nota 1).

(2) Acerca deste vandalismo e de outros anteriores, praticados tanto no Sabroso como na Citânia de Briteiros, veja-se o que registamos na *Revista de Guimarães*, vol. XLIV, 1934, p. 280-281.

zembro desse ano (já então sob outra presidência), o vice-presidente propunha «que a Câmara se informasse *de visu* se do Castro de Sabroso haviam sido retiradas algumas pedras». Ainda nessa altura, mês e meio decorrido após o alarme dado pelo Dr. João Antunes, que aliás tivera o cuidado de documentar a sua comunicação com uma fotografia dos estragos causados às ruínas, ainda então havia dúvidas se do Sabroso tinham ou não sido retiradas *algumas* pedras, quando já o Castro estava com o seu belo grupo de penedos do alto, onde existiam interessantes petróglifos, completamente destruído! Mais: pela acta da sessão camarária de 30 de Dezembro do mesmo ano de 1919, vê-se que o mestre de pedreiros, Lourenço Ferreira, de S. Lourenço de Sande, autor da façanha, continuava, ainda nessa data, a carrear pedra do Sabroso, pois se alude na mesma acta ao embargo de três carros que ele tentava retirar, os quais «faziam parte de uns *quarenta*» (!) que, até então, ali havia partido! O pedreiro, que possivelmente já nessa altura teria recebido qualquer vaga e tímida ordem para suspender o corte e desvio da pedra, vê-se que reincidia, perante a morosidade de uma intervenção que deveria ser rápida e enérgica, como se impunha da parte das autoridades contra a sua fúria destruidora dos penedos de Sabroso! E só em 2 de Março de 1920, o mesmo vice-presidente da Câmara apresentava em sessão uma proposta para que se obrigasse o pedreiro ao pagamento de uma multa, e se lhe instaurasse um processo judicial por... «reincidência bem comprovada»! Por parte da Sociedade, consumada esta lamentável ocorrência, houve apenas, mais tarde, uma débil intervenção por meio de um officio, com data de 21 de Agosto de 1921, dirigido pelo Secretário da Direcção ao Comandante da Secção da Guarda Republicana de Guimarães, pedindo auxilio no sentido de, pelos respectivos guardas, ser evitada, na Citânia e no Sabroso, a prática de vandalismos semelhantes ao cometido em 1919. Esta medida adoptada foi tomada pela Direcção após uma visita que, dois meses antes, realizára à Citânia e ao Sabroso, durante a qual, segundo reza a acta da sessão de 14 de Junho de 1921, todos os

Directores se manifestaram «desfavoravelmente impressionados com o que ali observaram . . . » (1).

E as duas famosas estações arqueológicas voltaram ao esquecimento em que jaziam, após a morte de Sarmento. Por fim, um pouco antes da realização do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas, que em 1930 teve lugar em Portugal e que incluiu no respectivo programa de trabalhos uma visita à Citânia, a exemplo da realizada em 1880, quando Sarmento estava no auge do interesse e entusiasmo pelas suas escavações — começaram estas duas estações a receber os merecidos e devidos cuidados de limpeza e conservação, que há muito reclamavam (2). Iniciou então a Direcção da Sociedade uma intensa propaganda da Citânia e do Sabroso, em livros, folhetos e na imprensa diária, e, dentro em breve, novas explorações se encetavam, com subsídio da Direcção dos Mon. Nacionais, dando-se continuidade às escavações de Sarmento, conforme o desejo que ele deixara taxativamente expresso nas suas últimas disposições.

Os primeiros trabalhos de vulto deste período de ressurgimento da Citânia e do Sabroso remontam a 1930. As importantes obras de reconstituição das muralhas da Citânia (*Figs. 7, 9 e 16*) tiveram início em Maio de 1935 (3), e assim têm continuado, sem interrupção do plano inicial concebido, havendo os trabalhos mais recentes sido realizados na campanha de 1949. De 1930 a 32 construiu-se a estrada de Briteiros à Citânia, com ligação a Braga pelo Bom-Jesus, e em 1935 inaugurava-se na famosa estação arqueológica a casa para um guarda (*Fig. 8*), que passou a vigiar permanentemente estas ruínas e as de Sabroso (4). Datam dos fins de 1928 algumas obras

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. XXXI, 1921, p. 231.

(2) Vide *Revista de Guimarães*, vol. XXXIX, 1929, p. 227 e 252.

(3) Vide *Revista de Guimarães*, vol. XLV, 1935, p. 164-166.

(4) Vide nota 2 de p. 422.

igualmente realizadas em Sabroso pelo Dr. Ricardo de Freitas Ribeiro, então conservador das estações arqueológicas de Briteiros e Sabroso, tendo procedido nesta última, em 1929, à demarcação da área das ruínas, cujo perímetro foi devidamente balizado com marcos de pedra (*Fig. 17*). Em 1934, já o acesso ao monte de Sabroso era também possível fazer-se de automóvel, tal como desde 1930 para a Citânia, tendo sido aberto o ramal camarário do Sabroso a partir da estrada que, das Caldas das

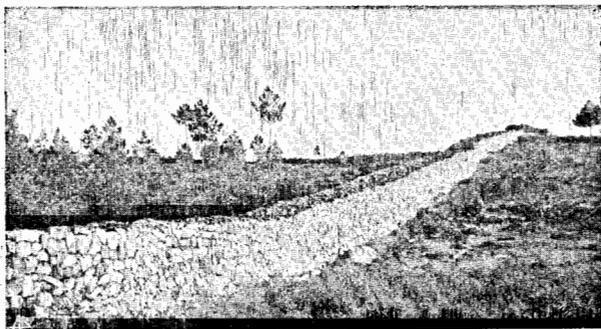


Fig. 16 — Um trecho da 3.ª muralha da Citânia de Briteiros (Reconstituição no lado norte). Cf. com a Fig. 7.

(Fot. do autor)

Taipas, conduz a Santa Cristina de Longos. Actualmente, a Direcção da Sociedade muito se tem esforçado também por conseguir que o Município mande proceder à ligação por estrada de Briteiros a Sabroso, facilitando assim aos visitantes da Citânia o dirigirem-se dali directamente ao Castro de Sabroso, sem necessidade de efectuarem um longo trajecto pelas Taipas e estrada de Longos.

A estação de Sabroso é, como a da Citânia, também considerada «Monumento Nacional». A descrição científica deste Castro vem incluída na monografia da Citânia, a que atrás aludimos.

III

«Pedra cavalgar»

(Briteiros-Guimarães) .

A propósito do aforamento dos terrenos da Citânia, em Dezembro de 1874, escreveu Martins Sarmento nos seus Apontamentos: «Ficou fora da medição a linha de fortificações, em recta de Requeixo a S. Simão». E mais adiante: «Não perdi a esperança de apanhar ainda a famosa linha» (1). Vê-se por aqui que Sarmento não ficara satisfeito com a primeira arrematação de terrenos. Ainda havia uma parte das ruínas que ficara por abranger. Efectivamente, dois extensos lanços de muralha se encontram hoje fora da zona do terreno camarário, um dentro da Tapada da Quinta do Paço, do lado sul das ruínas, e outro que constitui a quarta muralha, do lado norte, espécie de cortina defensiva, que corre de nascente a poente, na face em que o terreno oferece maior acessibilidade ao interior da Citânia (*Fig. 7*). Não conseguimos esclarecer a qual destes lanços de muralhas, que Sarmento dizia não ter podido *apanhar*, queria ele referir-se.

Seja como for, o certo é que, em 1879, a instâncias do Arqueólogo e de outros proprietários de Briteiros, teve lugar nova divisão e distribuição de baldios no Monte de S. Romão. (*Vide Doc. II*). A Câmara, presidida então pelo Dr. António Coelho da Mota Prego, marcou a vistoria e avaliação dos terrenos para 17 de Março, tendo lugar a arrematação em 9 de Julho. A Martins Sarmento ficaram pertencendo mais três novas glebas, num total de 38.852 metros quadrados. Na primeira dessas parcelas de terreno, que tem apenas a área de 900 metros quadrados, existe um penedo de forma sensivelmente esferoidal, pousado sobre outro ape-

(1) M. Sarmento, *Mss. inéditos*, Cad. 33, p. 77, e *Revista de Guimarães*, vol. XX, 1903, p. 16.

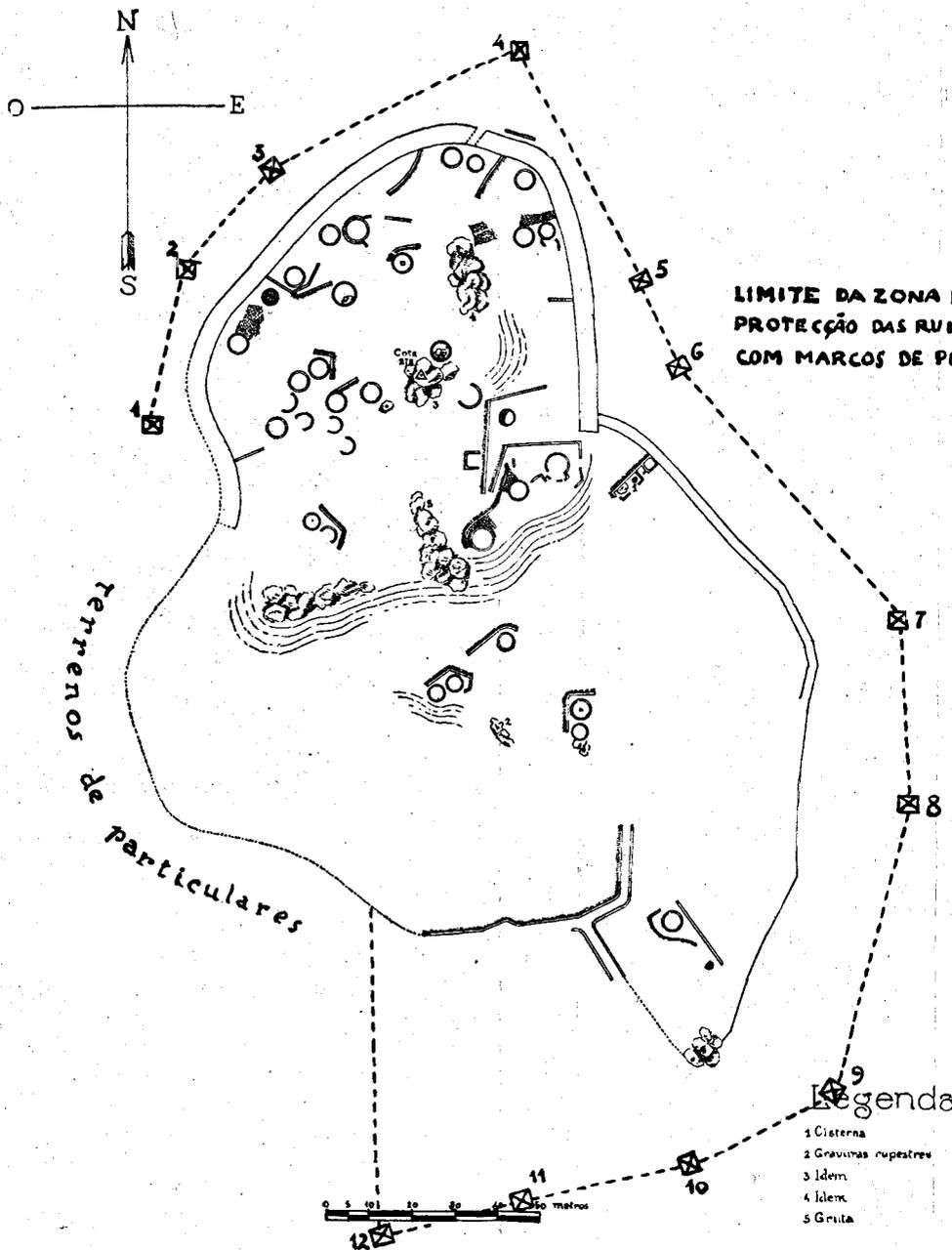


Fig. 17 -- Planta do Castro de Sabroso, com a indicação do limite da zona de protecção das ruínas balizadas em 1929.

(Levantamento e desenho do autor, em 1930)

nas numa pequena superfície de contacto (*Fig. 18*). É conhecido no lugar pela designação de «Pedra Cavalgar».

Não se trata, porém, como poderia supor-se, de um bloco em posição de equilíbrio instável, um dos conhecidos *penedos baloiçantes*, que alguns arqueólogos querem incluir na categoria dos megálitos, supondo que essa posição especial de equilíbrio tenha sido obra do homem. É apenas um penedo curioso,

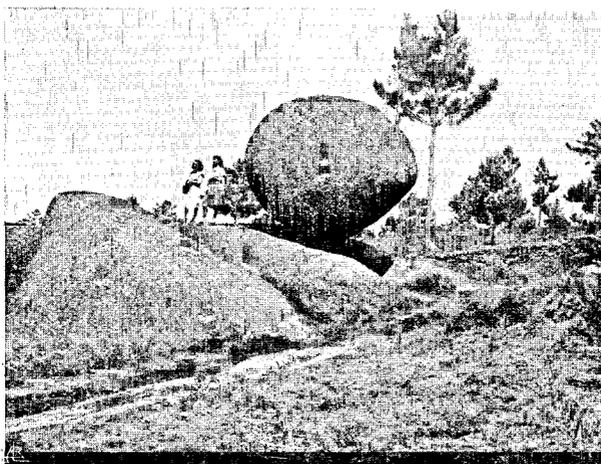


Fig. 18 — A «Pedra Cavalgar», em Britetos, a norte e nas proximidades da Cítânia.

(Fot. do autor)

pela sua forma e situação, a que Martins Sarmento ligou certo interesse, talvez resultante do nome popular daquele bloco granítico.

O terreno onde se encontra o penedo foi mandado balizar com quatro marcos de pedra pela Direcção da Sociedade, em 1948. Na verba do aforamento de 1879 regista-se que o penedo tem pelo norte 10 metros, por nascente 11 metros, pelo sul 7 metros e pelo poente 13 metros, ficando ainda a pertencer a Sarmento uma faixa de 10 metros de terreno para todos os lados desta medição.

IV

Mamoá de Donai

(Bragança)

Em Fevereiro de 1891, o professor José Henriques Pinheiro, do Liceu de Bragança, sócio correspondente da Sociedade M. S., o qual anos antes havia procedido em Castro de Avelãs a umas frutuosas explorações por conta de Martins Sarmento que tinham rendido ao Museu da Sociedade algumas valiosas lápides lusitano-romanas ⁽¹⁾, escrevia ao incansável investigador vimaranense, comunicando-lhe ter explorado uma «mamoá» em Donai (*Fig. 19*), pequeno povoado a uns 7 quilómetros a noroeste daquela cidade, onde encontrara quatro machados de pedra, uma goiva e três facas de sílex. Na mesma carta perguntava a Sarmento se desejava que restaurasse este monumento, conhecido no local pela designação de «Tumbeirinho» (nome derivado de *tumba*, sepultura?), mais ou menos destroçado após a escavação (certamente imperfeita) que fizera, calculando gastar nesse restauro uns 8.000 rs.

Em carta de 6 de Março do mesmo ano, enviava a Sarmento um ligeiro esboço da construção megalítica que a escavação pusera a descoberto no interior da mamoá, tendo aparecido uma câmara ou recinto principal, formado de pedras metidas de cutelo e sem cobertura, que se encontrava cheio de terra e pedregulho, denotando ter sido já violado; ligado a esta câmara, havia um começo de galeria ou corredor, coberto por uma lage. Parece que se tratava, portanto, de um autêntico dólmen, que a mamoá ou *tumulus* de terra encobria. Informava o escavador ter encontrado mais uma machadinha ⁽²⁾, juntamente

(1) Vide nota 1 de pág. 411.

(2) Posteriormente, alude ainda Henriques Pinheiro, a pág. 102 do seu *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga* (1893), a um percutor achado nesta mamoá. O trabalho de Henriques Pinheiro sobre a via romana

com cinzas e carvão, e que ia tratar da compra da mamoa (certamente já para tal autorizado por Sarmento), tendo-lhe o proprietário pedido 18.000 réis, mas que esperava poder obte-la por menos dinheiro. Em carta de 18 de Maio dizia:

«Está combinado com o homem, dono do «Tumbeirinho», o preço da compra do monumento por 13.500 réis. Cá lhos entregro no dia 21 (dia de feira), porque o homem precisa

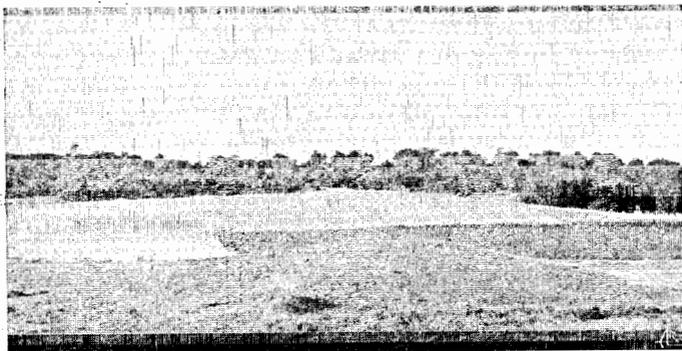


Fig. 19 — A mamoa de Donai (Bragança), no 1.º plano.

deles. É bom homem. É impertinente mas probro (1). Queira enviar-me a procuração, sendo possível até domingo próximo, dia em que é cómodo para o homem vir aqui. (Vide *Doc. IV*). Gastei na exploração da mamoa 4.800 réis; queira dizer-me

Braga-Astorga é um estudo de diminuto valor. Sobre ele se pronunciou Sarmento nos seguintes termos, em carta de 13-4-96 ao P.º Capela: «O Pinheiro, de Bragança, também publicou um estudo sobre as vias romanas. Por mais que eu lhe pedi que mondasse o Argote, que se deixasse de etimologias, etc., meteu a cabeça e deu uma obra cheia de horrores de toda a espécie. Foi pena, porque podia fazer alguma coisa de jeito, se seguisse o caminho que lhe indiquei». (*Rev. de Guimarães*, vol. XLVII, 1937, p. 220).

(1) O vendedor da mamoa foi um tal Manuel Paulino Buiça, porventura algum parente ou antepassado do regicida de 1908. O Abade de Baçal dá a genealogia da família Buiça, no seu volume sobre os fidalgos do Distrito de Bragança. (Vide *Memórias Arq.-Históricas do Distrito de Bragança*, Porto vol. VI, 1928, p. 577 e ss.).

se posso enviar-lhe o competente recibo. Peço também me diga por que forma hei de remeter os machados e as facas, se deverão ir como encomenda postal e com a designação do que é. Pesa tudo 2,5 kgr.; indo numa caixa de folha de Flandres, que não deve pesar mais de meio quilo, creio que irão bem. Isto parece-me mais seguro. A notícia sobre a exploração e planta irão a tempo de serem publicadas no próximo número da Revista.»

Verifica-se, por esta carta, que o espólio ia ser remetido a Sarmento e que este convidara, talvez, Henriques Pinheiro a publicar na «Revista de Guimarães» a notícia da escavação, ou o próprio explorador lhe teria manifestado esse desejo. O certo é que, na Revista, não se encontra tal colaboração do professor de Bragança; apenas o volume IX, correspondente ao ano de 1892, insere, a pág. 84, um breve extracto da sessão de 15 de Fevereiro da Direcção da Sociedade, registando ter sido recebido «o documento de aquisição do *dólmén* de Donai, oferecido pelo Sr. Dr. Francisco Martins Sarmento». Em carta sobre este assunto, de Henriques Pinheiro para Sarmento, datada de 19 de Setembro de 91, continua aludindo ao propósito da publicação da notícia; dizia ele, depois de mencionar a despesa que fizera com o pagamento da contribuição de registo pela compra da mamoa:

«É agora ocasião própria para tratar da restauração da anta; está a terra boa para se trabalhar, passou o calor e terminaram os trabalhos de colheitas. Vou tratar disso na semana próxima, antes de abrirem as aulas. Não tenho enviado os objectos de pedra, por querer ficar com os desenhos deles (1). Se esses desenhos pudessem ser publicados no texto da notícia que escrever para a Revista, bom seria. Queira dizer-me o que se lhe oferecer a este respeito.»

(1) Remeteu a Sarmento, em 26-11-1891, os objectos encontrados na mamoa, juntamente com duas magníficas alabardas de bronze procedentes de Macedo de Cavaleiros (actualmente no Museu), e ainda várias moedas procedentes de Castro de Avelãs. Enviou também, na mesma data, o percutor a que mais tarde fez referência no seu estudo da estrada romana de Braga a Astorga (vide nota 2 de pág. 440). A «Revista de Guimarães» alude a estas aquisições para o Museu, a pág. 68 do vol. IX, 1892.

Ignoramos hoje a causa de ter ficado sem efeito a inclusão da notícia na «Revista de Guimarães» (1). Em 1893 publicou Henriques Pinheiro o seu «Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga», e nele se encontra, a página 102, esta referência, aliás muito ligeira, à mamoa de Donai:

«Percorri várias vezes os terrenos que pertenceram a Donai, Saboriz e a Lagomar, e por vezes me chamou a atenção um montículo que existe entre Lagomar e Donai: é uma anta que não era conhecida, e tem o nome de Tumbeirinho. Foi por mim explorada (*mas omite que o foi à custa de Sarmento*), e encontrei machados de pedra, facas de sílex, um percutor, etc., que existem no Museu Martins Sarmento. O monumento é propriedade desta Sociedade.»

Eis a historiadada a aquisição do importante monumento. Está situado a cerca de 300 metros a poente da aldeia de Donai, num prado ou lameiro do lugar da Devesa. O terreno onde assenta a mamoa, que ficou a pertencer à Sociedade Martins Sarmento, mede no sentido N.-S. 15 metros, e no sentido E.-O. 17 metros.

Em 22 de Agosto de 1926, enviava o padre de Donai à Sociedade a seguinte carta, que transcrevemos na íntegra por ser muito curiosa, respondendo à circular a que temos feito referência, de 21 de Julho desse ano, dirigida aos párocos a fim de se conhecer o estado dos monumentos arqueológicos pertencentes à Instituição vimaranense:

«A resposta que V. Ex.^a me pediu vai tarde, porque o faço de má vontade; não porque eu tenha qualquer animosidade a V. Ex.^a, mas porque a Sociedade é de Guimarães. Sei que isto intelectualmente não é razoável, mas é um sentir interno que, pela franqueza com que o manifesto, deve ter

(1) Em cartas para Martins Sarmento datadas dos anos de 1893, 1895 e 96 ainda mostra a intenção de publicar na «Revista de Guimarães» a notícia sobre a escavação da mamoa de Donai.

alguma desculpa. Não é difícil adivinhar a razão desta maneira de ser.

Próximo do cimo do Lameiro da Devesa existe um grande montão de terra. Informaram-me que, há muitos anos, aquele pedaço de terreno foi comprado por 5.000 réis. Aquilo está absolutamente intacto. Disseram-me que existiam lá umas pedras que serão a tal sepultura a que V. Ex.^a se refere. Ignoro pois o que está debaixo da terra, mas comunico que ali ninguém tem tocado.»

Este interessante documento revela uma evidente antipatia e má disposição contra Guimarães, quanto a nós inexplicável, apesar de o signatário dizer que não é difícil adivinhar a razão desse «*sentir interno*»! Tratar-se-ia apenas de uma questão de bairrismo, manifestando o padre, desta forma, a sua mágoa pelo facto de aquele monumento pertencer à Instituição de uma terra que não era a sua? Talvez...

Em 1948, o Sr. José Montanha, do Museu Regional do Abade de Baçal, de Bragança, mandou obsequiosamente proceder à limpeza da superfície da mamoa, a pedido da Sociedade Martins Sarmento, e informou-nos de que ela continuava intacta.

Encontram-se referências bibliográficas a este monumento n-*O Archeologo Português* (1). Diz aí Albino Pereira Lopo que a exploração, em 1891, se fez muito superficialmente, sendo possível que novas pesquisas mais completas conduzissem a resultados frutuozos. Também o saudoso Abade de Baçal deu notícia desta mamoa (2). No corrente ano de 1950 foi por nós proposta superiormente a inclusão do monumento na relação dos «imóveis de interesse público». (Vide *Doc. I*).

(1) P.^e José Augusto Tavares, «Dolmens de Castedo, de Vilarinho e de Donai», in *O Archeologo Português*, volume I, 1895, p. 129; Albino Pereira Lopo, «Antigualhas transmontanas—1. Anta ou Mamoa de Donai», idem, vol. XII, 1907, p. 307. Este artigo vem acompanhado de uma má fotografia do monumento.

(2) P.^e Francisco Manuel Alves, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Porto, vol. IX, 1934, p. 698.

V

Dólmen de Pêra do Moço

(Guarda)

Em assembleia geral da Sociedade Martins Sarmento, de 9 de Janeiro de 1892, era pelo Presidente da Direcção desta Colectividade, Dr. Avelino da Silva Guimarães, apresentada uma proposta, que foi aprovada por unanimidade, para ser elevado à categoria de sócio correspondente o vimaranense António Ferreira dos Santos, residente na cidade da Guarda, por ser «um dos nossos patrícios que, vivendo em terra estranha, mais dedicados serviços de patriótica coadjuvação havia prestado aos fins da Sociedade» (1).

Com efeito, entre os vários serviços prestados à Colectividade por este benemérito consócio, já falecido, conta-se o da aquisição, em 1891, para esta Instituição, de um bem conservado dólmen (*Fig. 20*), do qual o Dr. Joaquim Manuel Correia deu notícia, em 1905, acompanhada de uma gravura, n-*O Archeólogo Português*, classificando este monumento, um pouco exageradamente, valha a verdade, com o termo de «preciosíssimo» (2). De facto, o dólmen é interessante e conserva-se em bom estado. Apresenta ainda a *mesa* ou cobertura, apoiada em cinco pedras verticais, faltando-lhe pelo menos uma. Referiu-se-lhe também naquela Revista científica o sábio Leite de Vasconcelos, numa pequena notícia, acompanhada de dois aspectos do megálito (3).

Fica situado no lugar chamado da Anta, numa tapada junto à Quinta da Estalagem, no limite da freguesia de Pêra do Moço, à beira da estrada que liga Pinhel à Guarda, e a uns 15 quilómetros desta cidade.

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. IX, 1892, p. 76 e 77.

(2) Joaquim Manuel Correia, «Antigualhas do Concelho do Sabugal», in *O Arch. Português*, vol. X, 1905, p. 201.

(3) J. Leite de Vasconcelos, «Monumentos Arqueológicos», in *O Arch. Português*, vol. XXVI, 1924, p. 165.

Narremos a sua aquisição. É uma história simples. O referido vimaranense e prestimoso sócio da Colectividade sarmentina, António Ferreira dos Santos, tomou a iniciativa de congregar diversos amigos que grangeara na cidade da Guarda, onde vivia, entre os quais se contava o Dr. Ildefonso Marques Mano,



Fig. 20 — O dólmen de Pêra do Moço (Guarda), visto do lado norte.

(Fot. oferecida pelo Arqueólogo Sr. Joaquim de Villas Boas)

então professor do Liceu de Aveiro, com o fim de custearem todos a despesa da compra, por 22.500 réis, deste dólmen situado em terreno pertencente a um tal Rodrigo Pereira e mulher Sebastiana Maria. Uma vez adquirido, ofereceram-no à Sociedade Martins Sarmento, por título de 16 de Maio de 1892 (Vide *Doc. V*), embora nesse documento de transmissão se diga que

lho venderam, talvez porque fosse menos complicado ou dispendioso um documento de venda, do que de doação (1). É curioso verificar a grande quantidade de assinaturas que firmam o documento, em número de vinte e uma, que tantos foram os beneméritos doadores do dólmen e de um metro de terreno em toda a volta dele, com a respectiva servidão desde a estrada próxima.

Estamos convencidos de que esta aquisição teria sido sugerida, directa ou indirectamente, por Martins Sarmento, pois já no seu Relatório da Secção de Arqueologia da «Expedição Científica à Serra da Estrela», realizada em 1891 por iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, o erudito vimaranense menciona este monumento megalítico, que designa por Anta do Carvalhal de Gouveias, e não de Pêra do Moço. Esta aparente discordância de nomes provém de o dólmen estar situado no limite das duas localidades. Diz Sarmento nesse Relatório:

«A anta está no meio de um campo cultivado e serve, ora de cozinha, ora de abrigo aos guardas do campo ou aos rapazes que pastoreiam gado. O interior da câmara tem sido por vezes revolvido. A mesa tem 2,^m50; os suportes medem de altura 2 metros. É uma construção pequena, mas sofrivelmente conservada» (2).

Os dois desenhos de que Sarmento fez acompanhar esta referência é que nos parece não estarem muito exactos, se os confrontamos com a gravura agora aqui publicada, a não ser que presentemente faltem ao dólmen algumas das pedras que então apresentava, quando Sarmento o viu. Actualmente as pedras que formam as paredes da câmara são, como dissemos, apenas cinco, faltando-lhe uma pelo menos. Propuzemos superiormente, em 1950, que a este monumento fosse dada a categoria de «imóvel de interesse público (Vide *Doc. I*).

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. IX, 1892, p. 83.

(2) F. Martins Sarmento, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 144 e 145.

VI

**Mamoas entre as freguesias de Caldelas
e de S. Cláudio do Barco
(Guimarães)**

Como Martins Sarmiento costumava passar todos os anos uma parte do verão em Briteiros, no solar da Ponte, não havia recanto, pelas imediações, que ele desconhecesse, ou não tivesse percorrido à cata de velharias. Deste modo localizou por aqueles sítios muitos penedos com gravuras e algumas das sepulturas pré-históricas a que o povo dá o nome de « mamoas ».

Fácilmente estes monumentos, pelo seu volume e forma destacada, chamam a atenção, e, por isso mesmo, raros são aqueles que os arqueólogos conseguem encontrar intactos, pois os pesquisadores de « tesouros escondidos » se encarregam de preceder os cientistas nas escavações, saqueando e destruindo tudo quanto poderia ter valor para a ciência. Apesar disso, diversos instrumentos líticos conseguiu ainda Sarmiento recolher (*Fig. 21*), na exploração de algumas dessas mamoas ⁽¹⁾, como também algumas delas pôde obter por compra, para a Sociedade, situadas em vários terrenos, conseguindo assim evitar que o povo inculto acabasse de arrasar os restos de tão importantes e venerandas relíquias do passado.

Uma das mamoas que por esse tempo adquiriu (*Vide Doc. VI*), e em cuja exploração encontrou três pontas de seta ⁽²⁾, hoje propriedade da Socie-

(1) F. Martins Sarmiento, «Materiais para a Archeologia do Concelho de Guimarães», publicação póstuma in *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, 1901, p. 128 a 133 e vol. XIX, 1902, p. 20, 23 a 25, 29 e 31; *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento*, Guimarães, 1947, p. 70 e 75-nota 20.

(2) *Vide Revista de Guimarães*, vol. XVIII, 1901, p. 129, e *Correspondência Hübner-Sarmiento* cit., p. 71 e p. 76-fig. 45.

dade Martins Sarmento, encontra-se no lado norte de um terreno de mato chamado a Bouça Nova, situado na extrema das freguesias de S. Tomé de Caldelas e de S. Cláudio do Barco, do Concelho de Guimarães, e pertencia a Domingos Ferreira, proprietário do Lugar de Melres (1), em Caldelas (Caldas das Taipas).

Do lado poente da referida mamoa existiam, diz o documento de compra, mais « quatro pequenos monumentos ou pedras semelhantes a marcos », que também foram conjuntamente adquiridos em 2 de Julho de 1892.

Em sessão da Direcção da Sociedade, de 15 desse mês e ano, ficou registada esta aquisição e lançado na acta um voto de agradecimento ao sábio e benemérito Arqueólogo (2).

Junto da bouça onde se encontra esta mamoa passa actualmente o ramal de estrada da Gândara, que partindo da estrada das Taipas a Lanhoso liga a Briteiros, seguindo pelo lado nascente do Monte de Sabroso. A Bouça Nova fica a uns 150 metros desta bifurcação de estradas.

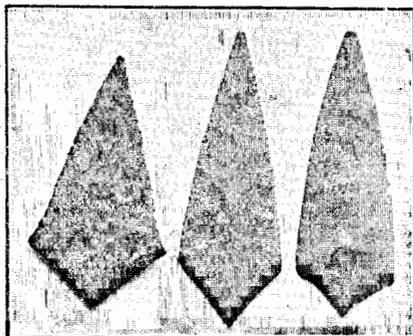


Fig. 21 — Pontas de seta encontradas numa antela dos arredores de Sabroso, explorada por Martins Sarmento.

(Fot. do autor)

(1) Em 1901, numa nota da *Revista de Guimarães* (volume XVIII, p. 129-nota 1) em que esta mamoa é descrita, diz-se que a bouça onde ela se encontra, pertencia nessa data a Manuel Custódio Ferreira, filho do proprietário que vendera o monumento, um tal *Domingos de Melres*, como lhe chamava Sarmento.

(2) Vide *Revista de Guimarães*, vol. IX, 1892, p. 229.

VII

**Mamoa na freguesia do Salvador de Briteiros
(Guimarães)**

Foi esta mamoa (*Fig. 22*) adquirida por Martins Sarmento em 9 de Agosto de 1892, e por ele cedida à Sociedade, (*Vide Doc. VII*). Está situada na Bouça



Fig. 22 — Mamoa da Bouça da Agrela (Briteiros).
O homem está colocado na parte central da mamoa.

(Fot. do autor.)

da Agrela ou da Gândara, na freguesia do Salvador de Briteiros ⁽¹⁾, e pertencia ao proprietário, daquela localidade, Conselheiro Serafim Antunes Rodrigues Guimarães ⁽²⁾, que, a pedido de Sarmento, a doou

⁽¹⁾ Vide *Revista de Guimarães*, vol. XIX, 1902, p. 23.

⁽²⁾ O Conselheiro Serafim Antunes era sócio da Sociedade Martins Sarmento desde o seu início, pai do Dr. João Antunes Guimarães, actual sócio honorário.

à Sociedade, por documento registado na Repartição de Fazenda em 14 de Novembro desse ano de 92. A esta aquisição alude a acta da sessão da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento, de 4 de Outubro de 1892 (1).

Visitámos este monumento em 27 de Junho de 1950. Fica a bouça onde ele está situado à margem da estrada de Briteiros às Taipas, pela Gândara. A mamoa está bastante deteriorada, mas bem visível ainda. Tem 4 marcos de pedra a delimitar o terreno em que ela assenta.

VIII

O «Colosso» de Pedralva

(Braga)

No Catálogo que elaboramos da Secção lapidária e de escultura do Museu de Martins Sarmiento, editado pela Sociedade em 1935, encontra-se, a pág. 152, esta referência ao chamado «Colosso de Pedralva»:

«Estátua colossal, constituída por três peças de granito, extremamente rude e de formas toscamente esboçadas. Representa uma figura viril, sentada, e com o braço direito levantado. Parece ostentar a representação sexual, mas muito mal definida, como aliás toda a modelação da estátua. É desconhecida a significação desta figura, possivelmente ligada ao culto fálico, que na Lusitânia teve certa expansão, nos tempos proto-históricos (Vide Leite de Vasconcelos, *Rel. da Lus.*, III, p. 248 e 256; *O Arch. Port.*, VIII, p. 300 e ss.). Proveio do Monte dos Picos, freguesia de Pedralva, e foi adquirida por Martins Sarmiento, em 1876. Perto do local onde se encontra existem vestígios de um castro e de numerosas mamoas. (Vide *Rev. de Guimarães*, XIII, p. 122). Em 1929 foi transportada para o Museu. Pelas suas avantajadas proporções (2^m,95 de altura) deve ser, talvez, exemplar único na Península» (2). (*Figs. 23, 24 e 25*).

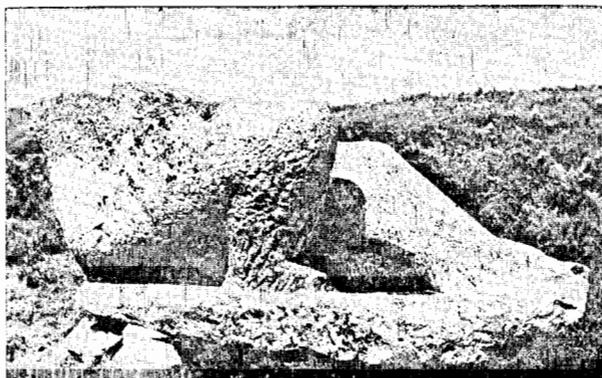
(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. X, 1893, p. 50.

(2) Mário Cardozo, *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento. I — Secção Lapidária e de Escultura*. Guimarães, 1935.

1



2



3



Fig. 23 — O «Colosso» de Pedralva, conforme se encontrava no local onde foi adquirido por Martins Sarmento, em 1892.

1 — Cabeça e parte do tronco. 2, 3 — Dois aspectos das pernas.

(Cliché de M. Sarmento)

Relendo hoje esta breve nota, apenas vemos a necessidade de rectificar a data da aquisição da estátua, que só teve lugar em 1892, e não, como por lapso então dissemos, em 1876, data esta última em que Sarmento simplesmente tomou conhecimento da existência daquela grosseira e avantajada escultura. Em tudo o mais, a concisa notícia do Catálogo está exacta. Julgamos, porém, interessante explanar neste opúsculo um pouco mais longamente a história do notável exemplar do Museu e da sua aquisição.

Devemos começar por dizer que parece não deveria ter cabimento neste inventário a inclusão da referida estátua, visto ser nosso propósito relacionar e descrever apenas os imóveis arqueológicos que a Sociedade possui espalhados por vários Concelhos, e não os exemplares a bom resguardo existentes no Museu.

Mas, porque Martins Sarmento não chegou a conseguir que lhe deslocassem esta enorme estátua do sítio onde jazia, vendo-se na necessidade de comprar o terreno em que ela permaneceu durante longos anos (pois só em 1929 deu entrada no Museu), foi tal monumento integrado, por assim dizer, pelo sábio vimaranense na classe dos imóveis que, com tanto afã e interesse, ia adqui-



Fig. 24 — O «Colosso» de Pedralva, reconstituído no Museu de Martins Sarmento em 1929.

rindo à sua custa e oferecendo à Sociedade que patrocinava. Razão por que não deixa de ter certa oportunidade neste lugar a referência a tal monumento, embora presentemente já se encontre depositado no Museu.

Um dos documentos de posse desta estátua e do terreno em que ela se encontrava (título comprovativo de ter sido paga pela Sociedade a respec-

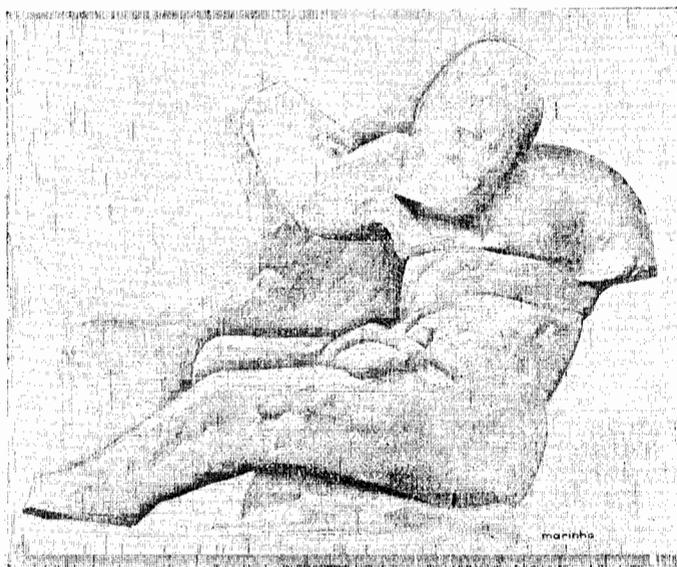


Fig. 25 — O «Colosso» de Pedralva. Desenhado em 1938 pelo Pintor de Arte e Prof. do Ensino Técnico Industrial, Américo Marinho.

tiva contribuição de registo, no Concelho da Póvoa de Lanhoso), menciona-a colocada na Bouça Velha, em Pedralva, junto à Chã da Corniceira (onde, de facto, sempre esteve), terreno este que Sarmento adquiriu por 900 réis a D. Francisca Machado, da Casa das Eiras, em Pedralva, e residente em Braga. Outro documento do Arquivo da Sociedade, com data posterior à de aquele, mostra que Sarmento

adquiriu por 800 réis, para igual fim da colocação da estátua, um novo terreno, na Bouça de Ferreiros pertencente a Domingos José Alves de Araújo, próximo da Chã do Ferrujal, da mesma freguesia. O certo é que as duas bouças são contíguas, e onde na verdade se encontrava a estátua, quando foi trazida para Guimarães, era na Bouça Velha, pertencente à Casa das Eiras, e não na de Ferreiros. Ignoramos o que levou Sarmiento a comprar este segundo terreno; talvez o considerasse em melhor situação do que o primeiro para ali depor a estátua, mas as dificuldades de deslocação do pesado monumento obriga-lo-iam a desistir desse propósito.

Quando, em 1926, a Sociedade enviou aos párocos a circular, a que já nos referimos, sobre o estado dos diversos monumentos que lhe pertencem, o abade de Pedralva, P.^e João Manuel Gonçalves Afonso Salgado, informou nestes termos:

«Recebi a carta de V. Ex.^a à qual respondo. A estátua de pedra que a Sociedade Martins Sarmiento possui nesta freguesia não está colocada na Bouça de Ferreiros, como diz, em terreno de Domingos José Alves de Araújo, mas sim colocada na Bouça Velha, que em outro tempo pertenceu à Senhora Dona Francisca Machado, de Braga, e hoje pertence ao Sr. Bento José Fernandes, desta freguesia.

Segundo se diz aqui, não a transportaram para a dita Bouça de Ferreiros, por ser muito pesada e não haver gado que a movesse. Vai há oito anos, pouco mais ou menos, que essa estátua estava colocada de peça, na dita Bouça Velha, e hoje encontra-se no chão, em partes, sem se saber do *benefitor*, porque foi serviço feito de noite, deixando perto dela uma alavanca de pau.»

Movidos pela necessidade urgente de remediar este vandalismo, promovendo que se erguesse novamente a estátua derrubada (posto não fizéssemos então parte da Direcção da Sociedade M. S.), e ainda incitados pela curiosidade que nos despertaram as numerosas alusões que Martins Sarmiento lhe dedicara nos seus Manuscritos inéditos (o que prova claramente o interesse que lhe mereceu este curioso monumento), resolvemos, em 1928, ir àquele local, para observar directamente o *Colosso*. Do relato que em

seguida publicámos na «Revista de Guimarães» (1) transcrevemos o seguinte trecho, que traduz a impressão geral, e de momento, por nós colhida nessa visita:

«Um pobre velhote guiou-nos facilmente por aqueles ermos, até ao chamado «homem de pedra». É de uma grandeza absolutamente inesperada! Avistámo-lo de longe ainda, junto a um pequeno muro de alvenaria de vedação da bouça. Mãos vandálicas tinham conseguido tombá-lo sobre o lado direito, mas, felizmente, encontra-se intacto e como no-lo mostram as fotografias que nos deixou Sarmento (hoje em posse da Sociedade) e que aqui inserimos. Urge que a Sociedade Martins Sarmento, a não ter possibilidade de mandar transportar até ao seu Museu tão importante monumento, ligado talvez ao culto fálico ou à superstição da virtude procreadora de certas pedras em casos de esterilidade, monumento este por certo desconhecido de muitos arqueólogos, mande pelo menos ergue-lo novamente naquele local, juntando as partes em que está fraccionado, e resguardá-lo sequer por um muro, pequeno que seja, atestando assim que a estátua tem um dono. Isto para a preservar um pouco mais da implacável sanha destruidora dos homens, já que a do tempo não pode ser combatida.»

A Direcção da Sociedade era então presidida pelo Dr. Joaquim José de Meira. No ano imediato tomou posse a Direcção presidida pelo Dr. Eduardo de

(1) Mário Cardozo, «O Colosso de Pedralva», in *Revista de Guimarães*, vol. XXXVIII, 1928, p. 197 e ss.

O título de «Colosso de Pedralva» foi conferido à estátua por Martins Sarmento. No local, a rude escultura era simplesmente conhecida pela designação de «O homem de pedra». Porém o nome de *Colosso* com que Sarmento a baptizou tem toda a propriedade, quer consideremos a escultura no aspecto definitivo que um primitivo escultor lhe tenha querido dar, quer se trate apenas de um bloco desbastado pelo canteiro, que o escultor haveria de trabalhar depois e reduzir a menores proporções. Seja como for, o que ali está, presentemente, no Museu, é de facto uma figura *colossal*.

De resto, Sarmento sabia muito bem exprimir-se com propriedade na sua língua. Em 1880, numa carta de Antero para Alberto Sampaio, dizia o genial Poeta que a leitura do artigo de Sarmento «Acerca das escavações de Sabroso», publicado n-*A Renascença* (Porto, 1879, p. 118 e ss.), lhe causara intenso agrado, «tanto pela finura e boa razão das deduções, como pelo estilo, que é *de quem sabe escrever português*». (Vide «Cartas inéditas de Alberto Sampaio», na *Revista de Guimarães*, vol. LI, 1941, p. 200).

Almeida, que atendendo ao apelo que fizéramos no sentido de salvar a estátua da ruína completa a que estava condenada, resolveu mandar trazê-la para o Museu. Reza assim a acta da sessão de 27 de Maio de 1929:

«Deu entrada no Museu desta Sociedade o *Colosso de Pedralva*, estátua de granito, trabalhada de uma forma rude e bárbara, à qual se referiu, no último fascículo da «Revista de Guimarães», o nosso consócio e colaborador Sr. Capitão Mário Cardozo. Ficou assim este notável e enigmático monumento, que tanto prendeu a atenção de Martins Sarmiento, ao abrigo dos vandalismos praticados pela ignorância popular, e à disposição de um fácil exame e cómodo estudo dos investigadores. Não foi leve tarefa, nem pouco dispendioso o seu transporte do local onde jazia, num monte da freguesia de Pedralva, até ao nosso Museu. Tiveram de percorrer os dois pesados monólitos de que se compõe a estátua cerca de 30 quilómetros, parte dos quais em terreno de monte, muito irregular e com um forte declive. Transposto o itinerário, Monte dos Picos (Pedralva) — Lugar do Carvalho de Este (na estrada da Póvoa de Lanhoso a Braga) — Póvoa de Lanhoso — Taipas — Guimarães, deu entrada o Colosso na Sociedade Martins Sarmiento, no dia 17 de Maio do ano corrente, em dois fortes carroções, cedidos para este fim por obsequioso empréstimo da Irmandade de S. Torcato, os quais são ali utilizados para deslocar enormes blocos de granito aplicados nas obras da Igreja em construção. A parte mais pesada do Colosso, constituindo a cintura e pernas, veio, depois de ter alcançado a estrada, puxada a 5 juntas de bois; a outra parte, representando o busto, foi tirada a 3 juntas. O encarregado da remoção foi o mestre pedreiro José Leite, da freguesia de S. Martinho de Campo, que em tal serviço gastou 5 dias de trabalho turado e violento. A Sociedade dispendeu no transporte a importância total de esc. 2.252\$00».

*

Narremos agora a história da descoberta do Colosso de Pedralva. É de 23 de Maio de 1876 a primeira nota de Sarmiento a tal respeito (1). Por ela se vê claramente que o seu informador fora um

(1) Martins Sarmiento, *Manuscritos Inéditos*, Caderno 37, p. 4.

tal Padre António, de Pedralva (1), o qual lhe revelou a existência da estátua no Monte dos Picos, próximo ao Monte de Pena-Província, dois altos situados perto da povoação de Pedralva (*Fig 26*). Registou então Sarmento nos seus Cadernos, as seguintes palavras, salpicadas da sua costumada ironia:

«Supõe o padre, sujeito pretencioso e, aliás, lido na história romana (e na universal, que estudou a fundo, segundo diz) ser o esboço do gigante Golias, que queriam levar para o Senhor do Monte».

E, mais adiante:

«Perguntei-lhe se por ali havia alguma antiguidade; respondeu que não. Mas, na tarde desse mesmo dia, um filho do João de Freitas, do Barral, disse-me que no Monte dos Picos, por onde ele andara à caça, havia vestígios de casas, como na Citânia, e que lhe disseram ter havido ali uma cidade dos mouros. Lá estou em breve».

Em Julho desse ano de 76, ainda registou mais algumas referências aos Montes dos Picos e de Pena-Província, e às antiguidades que se dizia ali existirem (2). E, em 9 de Agosto, anotava:

«O P.^e António de Pedralva, que parece ter tirado novas informações acerca do Colosso, diz que os velhos da freguesia sempre se lembram de ver ali o Colosso, e põe agora em dúvida que ele fosse destinado ao Bom-Jesus. É preciso ir ver o monstro» (3).

(1) O P.^e António, de Pedralva, era sobrinho de um prestimoso sócio da Sociedade Martins Sarmento, o P.^e Manuel Duarte de Macedo, então Abade de Sobreposta, freguesia contígua à de Pedralva, conhecido também pelo nome de P.^e Manuel de Ribas, porque era no Lugar de Ribas, em Santo Estevão de Briteiros, a casa de família deste sacerdote. Faleceu em 1898. Em 1892 servira de intermediário para a aquisição do Colosso pela Sociedade. (Vide *Revista de Guimarães*, vol. IX, 1892, p. 181, e vol. XV, 1898, p. 133).

(2) Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 35 e 42.

(3) Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 54.

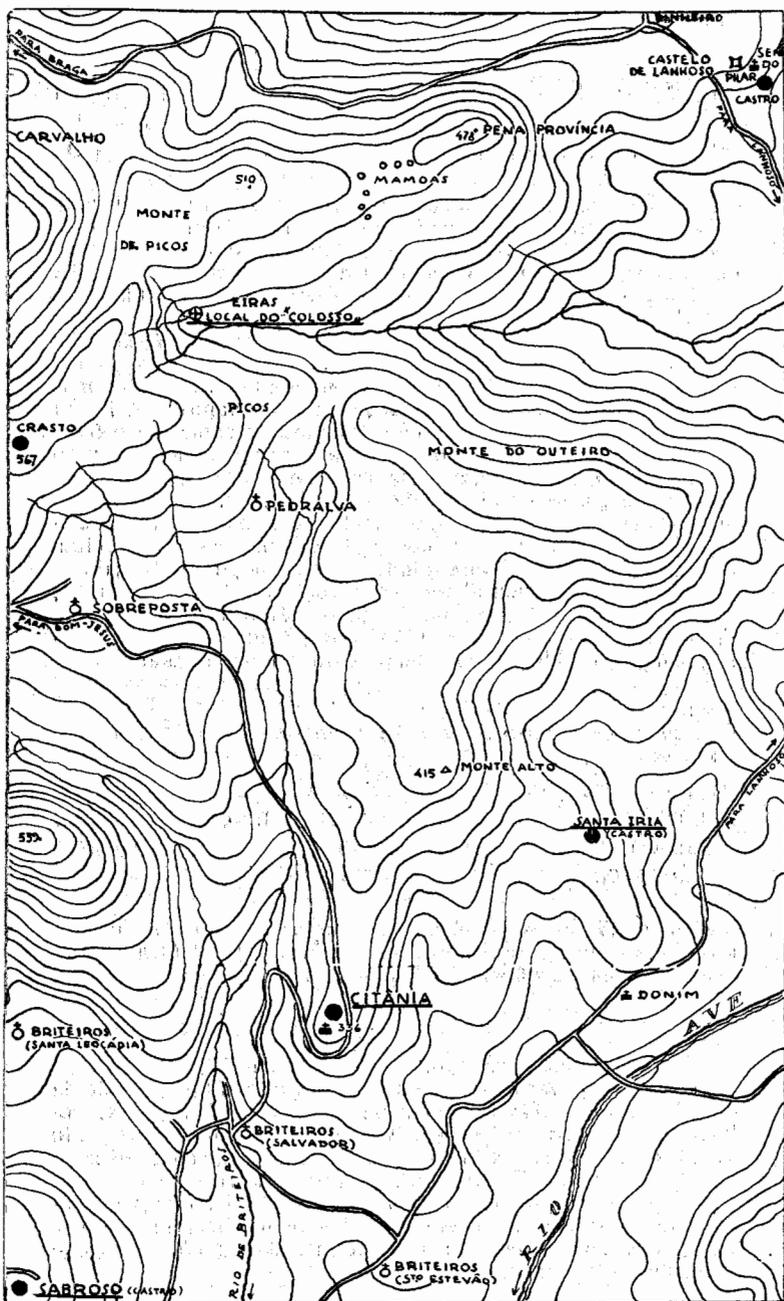


Fig. 26—Carta geográfica da região onde onde foi encontrado o «Colosso».

Escala de 1/50.000

(Desenho do autor)

Foi em 23 de Setembro que Sarmiento se decidiu a fazer a visita ao Monte dos Picos e à estátua que ali jazia. É dessa data o seguinte apontamento (1):

«Hoje fui ver o Colosso. Ia prevenido para receber um desapontamento, como o que me deu a famosa «travessa» de Sande, que por fim veio, e é uma travessa comum, de ramos, ou melhor, riscos verdes, conhecida em muitas cozinhas (2). O Colosso, porém, em vez de me causar um desapontamento, causou-me uma verdadeira surpresa, a ponto de se me meter logo na cabeça a ideia de o adquirir. Fica ao pé de uma viçosa devesa de carvalhos, a poente da Casa das Eiras, e em monte aberto. O que decide a sua antiguidade é ter o membro viril perfeitamente desenhado! É um Príapo?! A figura tem por base um tabuleiro de 13 palmos de comprimento e 5 de largo. Sobre este tabuleiro está a figura, sentada, com o joelho direito levantado, a perna esquerda estendida. Vista de nascente é que o membro viril, de 4,5 palmos, se vê, pendido para o lado e traçado sobre os testículos (aliás estes mal desenhados). Estranha coisa! O Colosso era de duas peças. Da cinta para cima, foi-se. Estará ainda enterrado por ali? Hei de pedir licença para fazer algumas escavações. O peso é enorme, e provavelmente o seu sítio é aquele. Não há no local vestígio de penedos. É que estão mais profundos. O Colosso está tombado. Urge tirar a limpo este grande enigma».

No dia seguinte a esta visita em que Sarmiento deparou apenas com a parte inferior da estátua, mandou um emissário à Casa das Eiras, pedir se lhe cediam o «monstro». E anotou, com incontentido alvoroço, referindo-se à forma como esse emissário se despachara da incumbência (3).

«Às 9,30 estava aqui com a notícia de que a coisa estava arranjada, e com a notícia preciosíssima de que a outra metade está a alguma distância!! Não fui já hoje vê-la, por chover;

(1) Martins Sarmiento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 78.

(2) Vide Martins Sarmiento, «Materiais para a Archeologia do Concelho de Guimarães», na *Revista de Guimarães*, volume XV, 1901, p. 117 e ss. A p. 120 encontra-se a seguinte nota: «Sande (S. Martinho). — *Vária*. (Informações do mestre da música de Sande, João): Em S. Martinho de Sande, bouça do Souto, ao pé da casa da célebre Joana bruxa, apareceram vestígios de casas, paredes muito bem feitas, mas direitas, e uma *travessa* muito antiga e uma *grelha*. O João ficou de me arranjar a travessa».

(3) Martins Sarmiento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 79.

mas, logo que possa, lá estou. Tem um braço estendido e outro encolhido; naturalmente, vem repousar... em certa parte. Amanhã vai um carreiro vê-la, e dentro de 4 dias está na Citânia. As tradições começam a variar, e isso é bom; o Colosso foi feito para o Bom-Jesus — para o Convento de Tibães — era dos mouros. O avô da criada Mariana sempre se lembra de o ver ali. Excelente aquisição!»

Afinal, a aquisição e transporte da estátua, que ele supunha para breve, havia de tardar longos anos. Em 25 de Setembro, lá voltou ao Monte, e, no regresso, escrevia, desolado (1):

«Fui hoje ver a parte superior do Colosso. Ai! Não corresponde ao resto. A cara não é nada; nem olhos, nem nariz, nem boca. Vê-se que é apenas uma peça desbastada. O braço direito, levantado, não é nada. Está destacado do tronco, mas não tem o mínimo feitio. O esquerdo está ligado ao tronco, mas, como o tronco só compreende o peito logo abaixo do sovaco, o braço esquerdo é um simples coto. Há uma terceira pedra de união, que forma quase todo o peito, e está a calçar a pedra grande. A posição pareceu-me ainda como a ajeitou o escultor. Repete-se que a figura fora apenas desbastada, para ir para Tibães. Levaram primeiro a parte inferior; mas os carreiros não puderam passar além daqueles 60 ou 100 passos. Se não fosse a particularidade da obscenidade da figura, ia retratar-me acerca da sua grande antiguidade. Quem examina a cor da pedra, põe-lhe em dúvida a idade: umas vezes, e em certos sítios, parece antiquíssima, outras não. Que o desligado das pernas e do braço indica já um estado pouco bruto no artista, é inegável».

Apesar deste desapontamento, não desistiu de adquirir a estátua, pensando em trazê-la para o alto da Citânia, pois nessa época ainda não existia o Museu, nem sequer a Sociedade. Mas, devido ao seu desmedido peso, as dificuldades surgiram.

E então anota logo, nesse mesmo dia:

«O Félix não pôde encontrar carreiro. Um de Lamações, que traz quase toda a pedra para o Bom-Jesus e tem arreios próprios, nem sequer fez ajuste, assim que a examinou melhor. Dei ordem ao Félix para, na quarta-feira, a ir comprar à Junta de Paróquia, até uma libra, por mediação da das Eiras, e de montar depois as peças todas. Ficará propriedade minha».

(1) Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 80.

De onde se conclui que, apesar de a estátua estar situada em terreno da dona da Casa das Eiras, a Junta de Paróquia a considerava como propriedade da freguesia. Razão pela qual, entre os documentos da sua aquisição, em 1892 (Vide *Doc. VIII*), pela Sociedade Martins Sarmiento, figura uma declaração da referida Junta autorizando a Sociedade a tomar conta do Colosso (1).

No prosseguimento da mesma nota, descreve Sarmiento a situação topográfica do Monte dos Picos, que é uma continuação da linha de alturas, orientada no sentido S.O.-N.E., constituída pelos montes da Morreira, Santa Marta, Falperra, Sameiro, e que, pelo alto de Pena-Província, vai ligar ao Monte da Senhora do Pilar, em Lanhoso (Vide Carta geográfica, *Fig. 26*). Palmilhando nesse dia aquele Monte, registou o incansável pesquisador ter ali encontrado uns restos de muro derruido, de uma extensão considerável, que ia perder-se nuns fragões situados no alto; e que, para lá desse aglomerado de penhascos, encontrara também os alicerces de uma casa circular e outros vestígios de edificações. E anota, a seguir:

«Se não este ano, para o que vem lá ponho três trabalhadores, a cavar. Ocorreu-me se o Colosso teria alguma coisa de comum com a Citânia dos Picos. De certo, não.»

Passados dois dias, a 27 de Setembro, lança no Caderno mais estes apontamentos (2):

«Mandei comprar o Colosso à Junta de Paróquia. O contrato não está feito, mas é como se estivesse. Pediam-me 15 libras por o trazerem para a Citânia. Ofereci metade. O meu intento é comprá-lo, montá-lo, fotografá-lo, estudá-lo, e, se realmente for antigo, trazê-lo por todo o preço. Para o ano falaremos.»

Um dos carreteiros que queria justar o transporte do Colosso, e para isso veio ter comigo à Citânia, deu-me outra versão da procedência do monstro. O Colosso viria de Pena-

(1) Em reunião da Sociedade, de 3 de Agosto de 1892, foi apresentado o documento de cessão do Colosso e resolvido agradecer a Martins Sarmiento mais este donativo (*Revista de Guimarães*, vol. IX, p. 230).

(2) Martins Sarmiento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 84, 85.

-Província, mas os transportadores naufragaram ali, indo caminho de Tibães. Que é Pena-Província! É um monte alcantilado (Fig. 27), que fica entre as Eiras e Lanhoso, e que já me namorou, quando andei pelos Picos. Pois bem: aí há *vestígios de casas*; houve aí uma cidade dos mouros. Hein? e não poder lá ir desta vez!..... Temos que fazer, para o ano. As ruínas de Pena-Província devem estar quase intactas, e... se o Colosso era de lá, a *briga* devia ter uma importância real. Se o dia, amanhã, estiver bom, resistirei a lá ir?! Acrescentou o mesmo informador que, nuns campos da Quinta das Eiras, aparecem cacós, como na Citânia.»

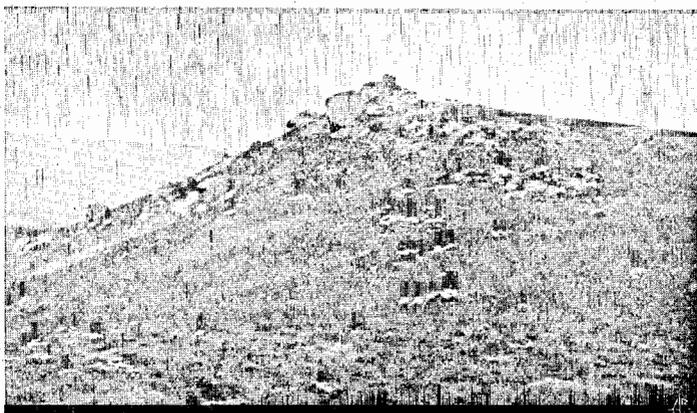


Fig. 27 — Monte de Pena-Província, próximo da Póvoa de Lanhoso.

(Fot. do autor)

Por esta época, o entusiasmo de Sarmiento pela descoberta de antiguidades não tinha limites! As escavações da Citânia traziam-no verdadeiramente alvoroçado. Na nota que acabamos de transcrever, perguntava a si próprio se, no dia imediato, *resistiria* a ir pesquisar o alto de Pena-Província. Não resistiu. Meteu-se a caminho, e, de regresso, anotava nesse mesmo dia 28 de Setembro ⁽¹⁾:

«Fui hoje ver este monte, onde, segundo informações de um lavrador de Pedralva, havia vestígios de casas».

(1) Martins Sarmiento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 86, 87.

(E, depois de descrever os accidentes orográficos do trajecto que seguiu até lá, continua a nota) «Vestígios de casas e de muralhas não vi nenhuns. Mas houve ali o que fosse, porque cacos e pedaços de tijolo e de telha são vulgares. A coroa do monte tem penhas colossais, tombadas umas sobre as outras e formando cavernas naturais. Por dentro das cavernas há sempre fragmentos cerâmicos. Podia muito bem haver ali, nos antigos tempos, uma população de trogloditas. Mas dentro das cavernas há pouco que escavar. No entanto, veremos, um dia...»

E, conformado com a exiguidade dos restos de antiguidades ali encontrados, em confronto com a exuberância do espólio que diàriamente recolhia nas explorações de Briteiros, concluiu :

«É claro que a Citânia dificilmente encontrará rival».

Em 28 de Maio do ano immediato (1877), registou a seguinte nota, escrita em Briteiros (1) :

«Em 27, veio-nos dizer missa (2) o P.^e Manoel (3), hoje capelão das Claras, e tio do P.^e António, que o ano passado me deu a primeira noticia do Colosso das Eiras, mas afirma que há para lá mais e muito maior, para o alto do monte, em direcção de Pena-Província, ou quase. Promete verificar, e contar-me o que vir. Este novo monstro estará esboçado num penedo. Quase para a mesma direcção e numa chã (chamada Vale Chão), que já foi murada, haverá vestígios de grandes montões de pedra, talvez demolições. A respeito das figuras, acrescenta que nunca ouviu que elas fossem destinadas para o Bom-Jesus, nem para Tibães: que são antiquíssimas. *Cherchez*».

Depois... a atenção do Arqueólogo derivou para outras pesquisas, e o Colosso ficou alguns anos esquecido, posto que numerosas vezes aluda, nos seus apontamentos aos terrenos próximos do local onde a estátua foi encontrada, como Pena-Província,

(1) Martins Sarmiento, *Mss. Inéd.*, Cad. 37, p. 93.

(2) O solar de Martins Sarmiento, em Briteiros, possui uma capela privativa, dentro da própria casa, que ainda hoje se conserva.

(3) Vide a nota 1. de pág. 458.

Monte dos Picos, Monte do Outeiro, e outros ⁽¹⁾ que revelavam vestígios de antigos castros, mamões ⁽²⁾, etc. Mas, pròpriamente do Colosso, só volta a falar nos seus Cadernos de 1880 e, mais tarde, nos de 1893, já depois de adquirida para a Sociedade a estátua, com 12 metros quadrados de terreno (4 de comprido, por 3 de largo) onde ela ficou montada, aguardando, durante 37 anos, a sua remoção para o Museu.

Em 1880, registou Sarmento ⁽³⁾ as medidas do Colosso, pelas quais o leitor pode avaliar do seu tamanho:

«Comprimento da peanha — 2^m,22; diâmetro maior da barriga — 1^m; diâmetro menor da barriga — 0^m,92; altura do assento — 1^m,10; fémur da perna dobrada — 0^m,90; tibia da perna dobrada — 0^m,95; pé — 0^m,50; o outro pé — 0^m,73; membro viril — 0,95; largura do mesmo — 0^m,15; largura do pé — 0^m,40; altura da cara — 1^m; largura da cara — 0^m,60; largura de ombros — 1^m,65; braço estendido — 1^m,15; largura dele — 0^m,55; altura da cabeça (por trás) — 1^m,40; altura das costas — 0^m,85; coroa da cabeça — 0^m,60.»

E, já em 1893, anotou ainda ⁽⁴⁾:

«A sapata do «homem de pedra» de Pedralva foi cortada, com a maior sem-cerimónia, pelo pedreiro Miguel Bonito, de Braga, que viu nela uma boa soleira. Remendou-se a coisa como se pôde; juntaram-se as duas partes separadas da estátua, e lá está ela hoje, num terreno cedido pela dona da Casa das Eiras, e propriedade da Sociedade, à qual a Junta de Paróquia a cedeu. Trabalharam na remoção do Colosso 7 juntas de bois, e a despesa de tudo importou em 16\$120. Na parte superior da estátua foi suprimida a rodela em que ela assentava. Diz o P.^e Manuel que ela, de certo, já tinha sido cortada, na primitiva, para ser ajustada à inferior, com

⁽¹⁾ Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 38, p. 16, 17, 22, 23, 29, 51, 99, 100 e 101; Cad. 39, p. 33, e Cad. 44, p. 14, 15 e 28.

⁽²⁾ P.^e Manuel Duarte de Macedo, «Alguns apontamentos archeologicos relativos ás freguesias de Sobreposta e Pedraiva», na *Revista de Guimarães*, vol. XIII, 1896, p. 121. As mamões mencionadas neste artigo, das quais ainda actualmente se encontram os vestígios numa chã, a poente de Pena-Provincia, foram exploradas por Sarmento e pelo P.^e Manuel Duarte de Macedo. Mas parece que nada deram de notável.

⁽³⁾ Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 41, p. 21.

⁽⁴⁾ Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 44, p. 47.

as proporções devidas. É possível e provável. Uma terceira peça só se explicaria por erro, para menos, nas proporções — grosseira emenda. A peça superior é mais grossa que a inferior: estava apenas esboçada — não admira.»

*

Diversas vezes tem sido posta em dúvida a antiguidade desta estátua, e o seu valor arqueológico ou etnográfico. Essa dúvida a manifestou igualmente Martins Sarmento, como se depreende de alguns passos dos seus Mss., que atrás reproduzimos. Se, de facto, ela representa apenas um bloco mais ou menos desbastado, para o escultor trabalhar posteriormente e transformar na imagem do Goliath bíblico, destinada ao Santuário do Bom-Jesus ou ao Mosteiro de Tibães, como queriam certos informadores de Sarmento, ou para fazer dela um Neptuno, ou um S. João, como actualmente querem outros (afirmações que aliás não têm fundamento sério, nem passam de mero palpíte, pois apenas se baseiam na posição esboçada da figura), evidentemente que está prejudicada a hipótese de o Colosso remontar à época dos castros, ou ter qualquer suposta ligação com um primitivo culto fálico, como Sarmento chegou a suspeitar, quando punha esta interrogação — «*É um Priapo?*!». Claro que uma representação pagã desta natureza, uma imagem simbólica da fecundidade seria incompatível com o destino da estátua a qualquer lugar de culto cristão.

Porém, o aspecto grosseiro da escultura, longe de negar a sua antiguidade, antes poderá servir justamente para admitirmos o seu primitivismo. Toda a nossa escultura figurada pré- e proto-histórica é caracterizadamente rude, brutal e grosseira. Rudes, sem excepção alguma, são as famosas estátuas ditas de «*guerreiros lusitanos*»; disformes, as conhecidas representações de javalis, de carácter totémico; manifestamente tosco, um baixo-relevo e uma estatuetta feminina provenientes da Citânia; grosseiríssimas, as esculturas encontradas em Santa Tecla da Galiza, os ex-votos e bronzes ibéricos de Cerro de los Santos, etc.

Na Península Hispânica, e muito especialmente nas regiões afastadas e montanhosas do Noroeste, as antiguidades mostram ter conservado sempre um carácter acentuadamente local, rude e arcaico, mesmo sob a influência de civilizações e culturas de épocas muito diferentes. Já o grande Emilio Hübner afirmava que, no nosso país, «en grattant un peu, on y découvre de suite l'ancienne barbarie» (1).

Evidentemente que o Colosso de Pedralva não apresentará o menor interesse se o considerarmos sob o ponto de vista puramente estético, pois não é um assunto de arte que está em causa. Mas tê-lo-á, sob o aspecto arqueológico ou etnográfico? Vejamos:

De facto, a problemática escultura não mostra aquela atitude hierática, rígida, imóvel, aquele ar de família que a irmanasse sem a menor contestação com alguns exemplares da nossa estatuária monolítica, arcaica, a qual tem, nas já citadas figuras de guerreiros lusitanos, os seus mais típicos modelos. Apesar de grosseiríssima, há nela sem dúvida um certo movimento e plasticidade, e um rudimento de anatomia no modelado das pernas, já com certo acabamento. Mas precisamente este aspecto mais ou menos definitivo, que se nota em algumas partes da estátua, aliado à sua grosseira plástica, é que tornam incompatível a sua aproximação das estátuas do séc. XVIII e começos do XIX, de carácter muito diferente, que ornamentam, por exemplo, o escadório do Bom-Jesus do Monte, adornado com motivos arquitectónicos, alegorias e fontes de estilo *rocaille*. De resto, algumas pedreiras existiriam nas proximidades deste Santuário ou do Mosteiro de Tibães, que tornariam desnecessário arrastar de tão longe, por terrenos ínvios e caminhos pedregosos de montanha, de trânsito difficilimo, o pesado monstro granítico.

A falta de rigidez hierática e de imobilidade na atitude do Colosso não pode servir-nos de argumento para decidirmos, com inteira segurança, quanto à

(1) Vide *Correspondência epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento*, Guimarães 1947, p. 88.

modernidade desta escultura. Figuras em atitude de movimento não são raras também na arte proto-histórica peninsular. Observe-se, por exemplo, esse interessante baixo-relevo proveniente da Citânia de Briteiros, com duas figurinhas correndo, uma em perseguição da outra. Poderíamos multiplicar, à vontade, as citações com inúmeros exemplos.

Quanto à hipótese de o significado da estátua estar ligado a um culto fálico, Sarmento nada afirmou de concreto, e tão pouco nós o poderíamos fazer. Apresentar uma hipótese, não é defender um facto comprovado. O suposto *phallus* da escultura está mal definido; já o dissemos na nota lançada no Catálogo do Museu. Mas não esqueçamos que toda esta figura se encontra com as suas formas rudemente tratadas. Onde Sarmento quis ver um *phallus*, existirá apenas a dobra de um manto ou panejamento, a completar noutra pedra, que seria ajustada à perna esquerda do estátua? Não é de aceitar esta hipótese, porquanto esse pano, em vez de simplesmente cobrir a parte sexual da estátua e cair no solo passando sobre a perna esquerda, contornaria naturalmente as costas da figura e cairia, por exemplo, sobre o braço direito levantado. Assim o exigiam os cânones clássicos da estatuária barroca a que se pretendesse atribuir o Colosso. Pelo contrário, o dorso da estátua apresenta-se nú, sem o menor vestígio do esboço de qualquer manto.

Mas convém ainda ponderar o seguinte:

Com data de fins de Maio de 1893, encontramos nos Mss. inéditos de Martins Sarmento mais esta nota, lançada em Briteiros (1):

«*Idolo?* — Numa poça da Casa das Eiras há uma figura muito tosca, que a tradição diz trazida do Alto dos Picos. Tem os braços cruzados sobre o peito; os olhos são dois círculos, e assim o resto; mas o notável é que *parece ter indicadas as partes genitais*. O Padre Manuel ficou de a arranjar.»

(1) Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 44, p. 29.

E, mais adiante ⁽¹⁾, repete a notícia, obtida posteriormente, com certas variantes:

«*Estátua-idolo?* — Diz o Padre Manuel que, num tanque da Casa das Eiras, há uma estátua muito suspeita. Parece de mulher; tem os braços cruzados sobre o peito; as orelhas parecem mais rudimentos de cornos, e fala em alguma coisa de obsceno que não sabe bem precisar. Dos lados tem duas cruces, uma em cada um; mas o mais notável é que a tradição a dá como tendo vindo do monte, sem se precisar também qual, parecendo todavia ser o Coubroso (Picos). A «fidalga» não a cede, por ser título da Casa, memória, etc. Se realmente for tão suspeita como diz o Padre Manuel, o que averiguarei como puder e quando puder, veremos se se vence a dificuldade da conquista.»

Por estas notas ficamos sabendo que o Monte dos Picos forneceu, além do Colosso, ostentando o seu suspeito *phallus*, uma outra estátua «*parecendo ter indicadas as partes genitais*», segundo dizia Sarmento por informações colhidas. Esta nova estátua encontrava-se num tanque, ou poça, da «fidalga» da Casa das Eiras. A fidalga era D. Francisca Machado, a mesma que vendeu a Sarmento, em 1892, o terreno da Bouça Velha, onde estava o Colosso antes de vir para o Museu.

Ora bem. A nova estátua, que Sarmento esperava «conquistar», e que de facto depois conquistou, encontra-se também actualmente no Museu da Sociedade (Vide *Fig. 28*). Vem mencionada no respectivo Catálogo, a pág. 148, não se tendo indicado ali a sua proveniência porque, na ocasião, a ignorávamos. Essa tosca figura de granito apresenta de facto, indicados os órgãos sexuais, notando-se, porém, que o membro viril foi mutilado pela base, porque se distingue perfeitamente na pedra o sítio da fractura. É um ídolo ictifálico? Não se tornará, na verdade, suspeito o facto de aparecerem duas rudes esculturas, procedentes do mesmo lugar, e contendo ambas a representação (embora numa delas mal definida) do órgão sexual masculino? Não será lícito,

(1) Martins Sarmento, *Mss. Inéd.*, Cad. 44 p. 47.

nestas circunstâncias, pôr a hipótese de aquelas duas estátuas terem sido objecto de um culto fálico ou da fecundidade?

Para nos esclarecermos sobre a cronologia, significado e finalidade de um monumento desta natureza,



Fig. 28 — Ídolo fálico (?) procedente do Monte dos Picos (Museu de Martins Sarmento — Guimarães).

não basta procurar estabelecer aproximações de carácter unicamente escultórico, relegando para um plano secundário os dados da Arqueologia e da história da Arte. Seria necessário em primeiro lugar estabelecer os limites dentro dos quais se deva admitir a possibilidade histórica, ou pré-histórica, da produção de uma estátua destas proporções; em que época, também, ela se poderá incluir, quanto à sua forma e técnica do trabalho; o que se pretenderia representar, e

com que finalidade, religiosa ou profana; as razões prováveis que impediram o seu acabamento; de que local procedia a escultura iniciada, se do próprio sítio onde foi encontrada, se de qualquer outro; qual o ambiente arqueológico desse local; etc. Como daqui se depreende, os processos de inves-

tigação, em casos desta natureza, não são tão singelos e intuitivos, nem de resolução tão evidente como a uma observação menos ponderada ou insuficientemente esclarecida possam parecer. Trata-se de uma estátua que, pela bárbara incorrecção de formas, pela sua atitude escultórica, pela falta de dados característicos e de seguros elementos de comparação, não é fácil de localizar cronologicamente, nem de definir qual a sua finalidade. As condições do seu achado, completamente isolada num monte (posto que não longe dos vestígios de alguns *oppida* de tradição céltica, desta região do Norte do País, e também dos vestígios de certos monumentos funerários megalíticos de época mais remota), tanto nos permite supor esta estátua pertencente à época antero-mana, como considerá-la de tempos mais recentes.

Monumentos por concluir não faltam no orbe do antigo Império Romano. Podemos citar, por exemplo, duas estátuas colossais incompletas de cavaleiros (*Fig. 29*), aparecidas numa pedreira de Breilfurt (Alemanha), e hoje no Museu Histórico do Palatinado, em Speier (1); uma grande coluna, considerada do século III de J. C., existente na região de Syenitz, em Felsberg (Odenwald), também por acabar, e duas outras nas mesmas condições, e de enorme tamanho (*Hennensäule*), próximas de Miltenberg-am-Main. Outros exemplos poderíamos apontar de monumentos inacabados da antiguidade, cuja falta de conclusão se deverá talvez atribuir, na maioria dos casos, à instabilidade social e política de uma época de lutas guerreiras, especialmente em territórios, como o da Península Hispânica, sujeitos a frequentes invasões de povos estranhos.

Mas, quer se admita que este Colosso enigmático seja relativamente moderno (e nunca poderá ter menos de século e meio, a dois séculos, pois já

(1) Sobre estas estátuas equestres incompletas veja-se: *Mitteilungen des historischen Vereins der Pfalz*, 1888, tomo XIII, ps. 197-199; Friedrich Joh. Hildenbrand, *Der römische Steinsaal des historischen Museums der Pfalz zu Speier*, Speier, 1911, p. 21, 22; Friedrich Sprater, *Der Pfalz unter den Römern*, Speier, 1930, p. 24 e 92.

em 1876 «os velhos da freguesia» se lembravam de sempre o verem ali), quer ele tenha 20 ou mais séculos, não deixa de ser, em qualquer circunstância, um exemplar curioso e digno de figurar no recinto de um Museu, onde aliás estão expostos outros



Fig. 29 — Estátua equestre incompleta, descoberta em Breittfurt (Alemanha), actualmente no Museu Histórico do Palatinado, em Espira.

(Fotografia que nos foi facultada pelo Prof. Dr. Ernst Wahle, Catedrático de Pré-história da Universidade de Heidelberg).

objectos mais modernos, visto que nem só a velhice imprime às coisas valor documental.

Quando, em 1930, os Congressistas do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas visitaram a Sociedade Martins Sarmiento, o Colosso foi alvo do mais vivo interesse por parte desses cientistas ilustres. No volume das *Actas* do Congresso, que reproduz uma fotografia

da estátua, lê-se, a pág. 58, esta referência à visita ao Museu (1):

«Les riches collections épigraphiques et archéologiques du Musée retinrent largement l'attention des visiteurs, spécialement le Colosso de Pedralva, la Pedra Formosa, des sculptures trouvées à Briteiros et à Sabroso, des statues de guerriers galiciens et quelques autels de dieux indigènes.»

Igualmente R. Vaufrey escrevia, nessa ocasião, na Revista *L'Anthropologie* (2), numa notícia resumida dos trabalhos do Congresso, referindo-se à visita ao Museu de Martins Sarmento:

«Parmi les monuments qui y sont conservés, je ne citerai que les deux principaux (referia-se à Pedra Formosa e ao Colosso), et d'abord l'étonnant colosse de plus de 2 mètres de haut, érigé dans le jardin, et qui s'apparente évidemment par sa grossière facture, mais aussi par une certaine éloquence, à l'art en bas-relief ou en ronde-bosse de Briteiros ou des autres «castros».

Ora, se a estátua fosse totalmente despida de qualquer interesse, arqueológico ou etnográfico, não se deteriam aqueles homens de ciência a examiná-la e a apreciá-la com tão demorada atenção. Por todos os motivos foi, sem dúvida, acertada a sua condução para o Museu, em 1929, salvando da destruição total um exemplar que tanto havia prendido a atenção de Martins Sarmento.

IX

Petróglifos de Briteiros (Salvador) (Guimarães)

Conforme referimos a pág. 30, Martins Sarmento conseguiu em 1877, ao iniciar as escavações de Sabroso, que a Câmara Municipal de Guimarães prof-

(1) XV Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique. IV Session de l'Institut International d'Anthropologie. PORTUGAL, 21-30 Septembre 1930. Paris, 1931, p. 58, e Pl. III, 1.

(2) *L'Anthropologie*, vol. 41, 1931, p. 126.

bisse o corte de alguns penedos contendo gravuras pré-históricas, existentes nos baldios daquele monte e vizinhanças, penedos esses que o Arqueólogo se comprometia a mandar assinalar com uma cruz gravada em cada um.

Também no Monte da Citânia existem ainda hoje diversos petróglifos (*Fig. 30*), e certamente muitos outros existiram por aqueles sítios em penedos que,

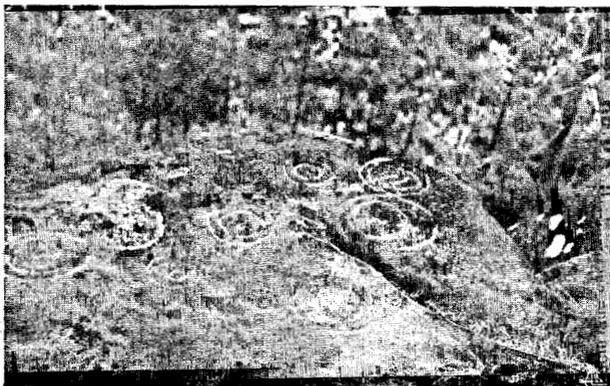


Fig. 30 — Petróglifos da Citânia de Briteiros, num penedo situado na encosta do lado nascente.

(Fot. do autor)

no dobar dos anos, a dinamite dos pedreiros tem estilhaçado (1). Para evitar quanto possível uma destruição total, alguns desses penedos conseguiu Sarmiento adquirir; e, aos proprietários que teimavam em não lhos ceder, recomendava instantemente que os poupassem à ruína, porque muito valor apresentavam aqueles sinais enigmáticos que o povo não compreendia, e que os sábios tentavam decifrar.

(1) Vide *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, 1901, p. 135, e vol. XIX, 1902, p. 19-23, 29 e 30.

Um dos que Martins Sarmento obteve, por doação à Sociedade em 12 de Junho de 1893 (Vide *Doc. IX*), está repleto de circunferências concêntricas, e fica situado dentro de um terreno de mato, chamado Bouça do Silvestre, ou do Pinheiro, na freguesia do Salvador de Briteiros, terreno que então pertencia ao proprietário Manuel Joaquim Marques, do Lugar do Caminho, da freguesia de S. Cláudio do Barco, Concelho de Guimarães.

A esta aquisição se refere a acta da sessão da Sociedade de 30 de Junho de 1893, bem como, na mesma data, à compra de um outro penedo, igualmente com gravuras, situado na Bouça do Monte da Gândara (1), pertencente a Francisco Fernandes de Macedo, também da freguesia do Salvador.

X

Penedo com «buraquinhos»

(Briteiros-Guimarães)

Fica este penedo situado na freguesia do Salvador de Briteiros, junto à valeta da estrada que liga esta freguesia à de Santa Leocádia de Briteiros, uns 100 metros após a bifurcação dessa estrada com o ramal que, pela Gândara, leva às Caldas das Taipas. É uma laje quase de nível com o terreno, repleta de pequenas concavidades, a que na nomenclatura arqueológica se dá o nome de «buraquinhos», ou *fossettes* (Fig. 31).

(1) Alude a este penedo a *Revista de Guimarães*, volume XIX, 1902, p. 23.

Foi comprada por Martins Sarmiento a Manuel da Silva Guimarães, juntamente com uma faixa de terreno em volta abrangendo tudo uma área de 50 metros quadrados. Confronta do norte com a referida



Fig. 31 — Penedo com «fossettes» em Briteiros, junto à estrada para Santa Leocádia.

(Fot. do autor)

estrada, do poente com terrenos de Avelino da Costa e Silva, e do sul e nascente com terrenos do Casal do Souto de Baixo, de Miguel da Mota Ribeiro.

O penedo encontra-se intacto, como se vê na figura junta.

XI

Gruta das Coriscadas, em Soalhães

(Marco de Canaveses)

Em Março de 1882, o Dr. José de Barros da Silva Carneiro, médico do partido municipal no Marco de Canaveses e amigo pessoal de Martins

Sarmento (1), enviou a este alguns instrumentos pré-históricos de pedra, encontrados numa gruta natural que ele havia explorado, na base de um grande penedo conhecido no local pela designação de «Penedo de Cuba» (Figs. 32 e 33), situado na Bouça

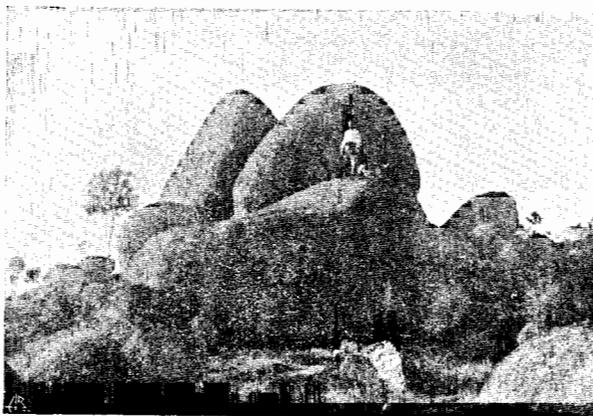


Fig. 32 — Grupo de penedos no lugar das Coriscadas, em Soalhães (Marco de Canaveses). Na base daquele onde se encontra o homem, foi explorada uma gruta sepulcral com mobiliário eneolítico.

(Fot. oferecida pelo Sr. Carlos de Azeredo Leme)

da Poça do Monte, lugar das Coriscadas, freguesia de Soalhães do Concelho de Marco de Canaveses. Constavam esses objectos de um machado de pedra

(1) O Dr. José de Barros da Silva Carneiro era sócio correspondente da Sociedade Martins Sarmento desde 16 de Março de 1889, ano em que foi criada essa classe de sócios, na Secção de Arqueologia. (Vide *Revista de Guimarães*, volume VI, 1889, p. 95 e 96). Anteriormente, só existiam as classes de sócios *honorários* e *efectivos*. Era o Dr. José de Barros pessoa muito culta e interessada nos estudos arqueológicos; manteve com Sarmento assídua correspondência, que se guarda no Arquivo de Reservados da Sociedade. Parte da correspondência de Martins Sarmento para o Dr. José de Barros foi publicada por Leite de Vasconcelos n-*O Arch. Português*, vol. VI, 1901, p. 172 e ss. As cartas que aludem à «Gruta de Soalhães» encontram-se a págs. 173, 174 e 196 desse volume.

polida, uma faca e uma ponta de seta, ambas de sílex, e uma goiva também de pedra. Apresentados a Martins Sarmento para que este se pronunciasse sobre o seu valor arqueológico, logo despertaram grande interesse, como era natural, ao investigador vimaranense. A descrição que lhe foi feita acerca desta gruta natural, de onde havia sido extraído um mobiliário eneolítico à mistura com fragmentos de

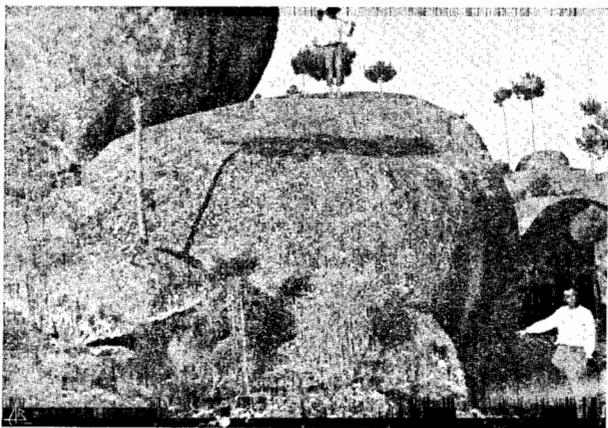


Fig. 33—O «Penedo de Cuba», em Soalhães. O homem no 1.º plano aponta para a entrada da gruta das Coriscadas.

(Fot. oferecida pelo Sr. Carlos de Azeredo Leme)

ossos humanos, a tal ponto estimulou a sua curiosidade que, passado pouco tempo, resolveu fazer uma visita ao local. A descrição dessa visita registou-a assim Martins Sarmento, nos seus Cadernos manuscritos, em 1883:

«*Visita ao Marco de Canaveses* (1). — Esta digressão foi provocada pela seguinte notícia, que o médico do partido do

(1) Esta excursão ao Marco teve lugar em Abril de 1882, mas a notícia supra foi escrita em Agosto de 1883, estando então Sarmento a veranear na Póvoa de Varzim. No começo dela

Marco, José de Barros Silva Carneiro, de Pombeiro, comunicou a José Maria, então em Guimarães, para me transmitir. Por baixo de um penedo, no Marco, apareciam ossos — já há anos tinham aparecido caveiras — e vários objectos de pedra, que me remetia para eu decidir se tinham valor. Estes objectos eram nada menos que um machado de diorite, perfeitamente afiado, como ainda não vi nenhum; uma faca curva, de sílex; uma ponta de seta, idem (sílex vulgar, seixo), e um instrumento que eu chamo *goiva* (1), porque a parte cortante tem o feitiço de uma goiva (Fig. 34), quer dizer — a extremidade mais estreita tem um canal semi-circular e os bordos são afiados. Logo que pude, marchei, indo hospedar-me em casa do cunhado do António Montenegro (sem saber que este e a mulher estavam então no Marco), por nome Alexandre Peres, um excelente homem, obsequioso como é raro encontrar. Dizia o José Maria que o Alexandre queria por força que eu fosse hospedar-me em casa dele, e eu fui porque não sabia que o Marco ficava tão perto e que havia lá hospedarias sofríveis. Uma trapalhada do telegrafista fez com que eu chegasse num dia em que não era esperado. Foi isto em Abril, creio, de 82 (a exploração de Oleiros foi um mês antes, pouco mais ou menos) (2). No entanto tudo se arranjou bem, e, na companhia do José de Barros, fomos ao sítio. O sítio era acima das Coriscadas, e o nome vinha-lhe de ser ali frequente a queda de raios, mostrando provas disso alguns penedos fendidos por coriscos (comparar com o «Penedo

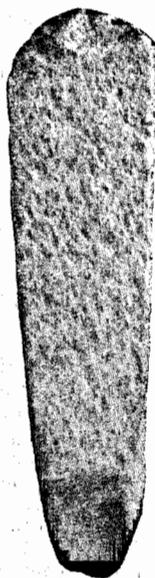


Fig. 34 — *Goiva de pedra achada na Gruta de Soalhães. (Marco de Canaveses).*

(Museu de Martins Sarmento).

lançou a seguinte nota: «Antes de abrir o capítulo das investigações em torno da Póvoa de Varzim, vou tentar descrever as antiguidades que ficaram em aberto. São elas — visita ao Marco de Canaveses,». (Cad. 42, p. 43).

(1) Nome dado com toda a propriedade por Martins Sarmento a este objecto, pois é esta a designação que tal instrumento lítico ainda hoje tem na nomenclatura arqueológica internacional.

(2) Escavações que puseram a descoberto as ruínas de um hipocausto, em S. Vicente de Oleiros, concelho de Guimarães. (Vide *Cad. Ms. n.º 42, p. 44*).

Rachado», nas Coriscadas, em Âncora) (1). Fomos ao lugar do achado, e, enquanto se mandava chamar homens para escavar, eu subi ao morro próximo em busca de alguma ruína. Nem a vi, nem constava que a houvesse. Descemos ao sítio. Os trabalhadores vieram; mas tinha já constado que, depois do último achado feito pelo Barros com muito pouco trabalho, alguns curiosos tinham ido ali fossar. Ainda assim, a escavação deu — um machado de diorite, menos bonito que o primeiro (o qual, com os outros objectos menos a goiva, que me foi cedida (2), ficou em poder de um cirurgião Ramalho, habitando perto dali); uma faca de sílex; uma ponta de seta, e fragmentos de ossos inclassificáveis. Vejamos o jazigo e a história da descoberta.

Um telheiro das vizinhanças, indo o inverno muito chuvoso e precisando de terra seca para as operações do seu ofício, andou a procurá-la por baixo das lapas e penedos. O penedo, debaixo do qual foi feito o achado, à primeira vista não devia estar muito no caso. A fenda aberta horizontalmente por baixo dele estava emparedada, como sucede quando se quer emparedar uma raposa numa toca feita por baixo de um penedo. Muitos caçadores conheciam aquele penedo e a parede, porque pelos interstícios dela havia sinais de passagem de coelhos, que faziam dentro as suas luras; mas, da parede ninguém fazia caso. O telheiro, como visse que dentro havia terra, desfez a parede (ainda vi uns restos dela *in situ*) e achou uma grande porção de terra. A fenda do rochedo não passa, na parte mais alta, de um metro, mas em largo e comprido tem para cima de 4. O pavimento é rocha pura, mas desigual. A fenda é natural, bem que talvez alargada mais tarde. Com a terra começaram a sair ossos e por fim caveiras — umas 18. Uma delas parecia de creança: muito pequena e alva, desfazendo-se ao contacto do ar. Haverá 14 anos que isto vai (sobre o número certo de caveiras e ano em que foi a descoberta, ver a notícia que escrevi na «Vida Moderna») (3). O telheiro que fez o

(1) Nos Mss. inéditos de Sarmento, referentes ao ano de 1879, alude-se ao *Penedo Rachado*, em Âncora, num capítulo intitulado «Toponímia do litoral», onde diz que a parte da costa que se lhe segue é chamada *A Coriscada* (Cad. 40, p. 24). E comenta: «Haverá aqui veias metálicas que atraem o raio?».

(2) Sobre um equívoco a que a cedência a Martins Sarmento desta goiva de pedra, que está hoje no Museu de Guimarães, deu motivo, é interessante ler as cartas de 30-3-82 e de Abril do mesmo ano, de Martins Sarmento ao médico José de Barros da S^a. Carneiro, publicadas por L. de Vasconcelos n-*O Arch. Port.*, vol. VI, 1901, p. 173 e 174.

(3) Martins Sarmento publicou, logo que o Dr. José de Barros lhe comunicou o achado, em Março de 1882, uma breve mas interessante notícia na Rev. portuense *Vida Moderna* (vol. II, p. 198). Aí menciona o aparecimento de 8 caveiras e não 18. (Vide M. Sarmento, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 86).

achado estava presente, mas não disse mais do que o que se sabia. As caveiras andaram aos trambolhões num campo, onde ele espetara algumas na ponta de paus (1), e nem um fragmento delas apareceu. Supôs-se que aqueles mortos eram vítimas de um estalejadeiro que havia, a coisa de uma légua de distância, na velha estrada para a Régua; e, depois, tudo se calou. O José de Barros, suspeitando da história, foi ao sítio, começou a revolver alguma terra que ainda ficara por baixo do penedo e fez o achado que se viu. Quando a notícia me chegou aos ouvidos, dava-se a entender que ainda havia muito que escavar, porque se não supunha que o pavimento fosse de lage. Logo que começou a escavação viu-se que pouco havia a fazer. A terra que restava era muitíssimo pouca. Ainda assim, apareceu o que mencionei. Fomos ao sítio da telheira, onde nos disseram que o fabricante crivara a terra. Aí não deviam faltar objectos de pedra, mas uma ligeira tentativa que se fez não deu nada (a).

O penedo fica já na freguesia de Soalhães, logo acima das Coriscadas. Vê-se que houve ali um enterramento e não uma incineração. No entanto, bom seria que os ossos tivessem sido analisados, para decidir o ponto. Como, porém, não apareceu nem cinza, nem carvão, é quase certo que o sistema ali seguido foi o enterramento. Metal nada, nem fragmento de barro. É de tomar nota deste modo de sepultar, que eu já sonhei em alguns penedos da Citânia (b).

(a) — *Disse agora o José de Barros que esse monte de resíduos era noutra parte. O telheiro mentiu?*

(b) — *Disse o Barros mais tarde que, logo defronte do penedo, e à distância de 3 metros, apparecera como que uma cova, onde se encontraram alguns ossos. A terra onde se presumiu a cova era muito mais mole que a circunstante, e tirada essa terra mole, a cova apresentou a forma de uma sepultura».*

Nesta mesma notícia descreve ainda Martins Sarmento um dos chamados «lagares» ou «pias dos Mouros» (2), que observou no Outeiro dos Lagares, a

(1) Sarmento diz no artigo da *Vida Moderna* citado na nota anterior: «Não sabemos com que fim as caveiras foram espetadas nas pontas de uns paus cravados na terra». É de supor que esta profanação macabra, ainda hoje verificada em costume idêntico de certas tribos selvagens, só possa attribuir-se à mentalidade rude e bárbara dos habitantes dessa aldeia de Soalhães, onde não há muitos anos foi queimada viva uma pobre mulher, submetida, por meio de práticas de bruxaria, a um espantoso auto-de-fé!

(2) Sobre esta espécie de monumentos, vide Mário Carodo, «Lagares dos Mouros», in *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, tomo XXI (Homenage a Júlio Martinez Santa-Olalla), Madrid, 1946, p. 146 e ss.

poente das Coriscadas. Alude também aos restos de uma edificação curiosa, em Santa Maria do Freixo, que o povo designava por « Igreja dos Mouros » e lhe fez lembrar a estrutura do « Forno dos Mouros », no Monte da Saia, em Barcelos (Vide pág. 86 e ss.). Cita mais os vestígios de antigas muralhas de um castro, também na aldeia do Freixo; uma sepultura aberta em rocha; os restos de um marco miliário; uma lucerna de barro e algumas vasilhas de cerâmica lusitano-romana, que conseguiu lhe fossem oferecidas (hoje no Museu da Sociedade); uma inscrição num cruzeiro, sobre o pedestal do mesmo, que fora aproveitado de uma ara consagrada a Júpiter; e, finalmente, a notável ara ao *Genius Tongobrigensium* (Fig. 35), actualmente no Museu de « Martins Sarmiento », revelando a existência de um *oppidum* de *Tungóbriga*, cuja localização todavia se ignora ainda (1).

Termina esses apontamentos com as seguintes palavras:

« O certo é que o Freixo é de uma importância suma, e digno de ser revisto com toda a atenção ».

Efectivamente, em meados de 1884, Sarmiento voltava àquela região do Marco de Canaveses, onde

(1) Acerca de *Tungóbriga* e da relação entre este topónimo e a tribo germânica dos *Tungros* que, segundo Bosch Gimpera, parece ter penetrado em Portugal juntamente com os Celtas peninsulares, vide deste autor, *Los Iberos*, Buenos Aires, 1948, p. 69-nota 37, bem como o artigo inserto no vol. LX da *Revista de Guimarães*, a p. 339, intitulado « Infiltrações germânicas entre os Celtas peninsulares ». Ver igualmente na *Revista de Guimarães* (vol. LIV, p. 34) a nossa nota n.º 5 ao artigo de A. Schulten aí publicado em comentário à « Germania » de Tácito. E ainda *Correspondência Hübner-Sarmiento* cit., p. 112, 139-140, 211.

Sobre a ara consagrada ao *Genius Tongobrigensium*, vide Martins Sarmiento, *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 178; *Correspondência Hübner-Sarmiento*, Guimarães, 1947, p. 104 e 112; e Mário Cardozo, *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento. 1.ª parte — Secção lapidária e de Escultura*, Guimarães, 1935, p. 36.

permaneceu então durante quatro dias, desde 7 a 10 de Julho (1), visitando várias antiguidades locais.

Dez anos volvidos, em Março de 1894, Martins Sarmento, que não mais abandonara a ideia de obter a posse do penedo sob o qual existe a Gruta das Coriscadas (2), conseguiu, a fim de evitar a sua possível destruição, que ele fosse doado à Sociedade Martins Sarmento ao abrigo da lei de 1889, que permitia às instituições da índole da Sociedade adquirir bens de raiz para fins puramente científicos (Vide pág. 413).

Os terrenos onde se encontra a Gruta pertenciam a Henrique Cabral de Noronha e Meneses, da



Fig. 35 — Ara consagrada ao Genus Tongobricensium, proveniente da freguesia do Freixo (Marco de Canavezes). No Museu de Martins Sarmento.

(Antigo cliché de M. Sarmento)

(1) Vide Cad. Manuscrito n.º 42, p. 164 e ss.

(2) Em carta de Martins Sarmento para o Dr. José de Barros transcrita n-*O Arch. Português* (vol. VI cit., p. 196), dizia o investigador: «...o diabo do penedo, Gruta de Soalhães, não me sai do sentido. Um dia o dono é capaz de o estilhaçar, e seria uma pena porque eu, pelo menos, não conheço no Minho uma sepultura desta espécie tão bem autenticada. Não poderia conseguir-se que o proprietário o vendesse à Sociedade?»

Quanto à cronologia do espólio desta gruta sepulcral reportemo-nos ao que Sarmento escreveu no final do artigo

Casa da Bouça, em Santa Cristina de Nogueira (Concelho de Lousada). Por intermédio do Dr. José de Barros, cedeu ele prontamente, por doação à Sociedade, com data de 28 de Março de 1894, o Penedo de Cuba (Vide *Doc. X*). Entre a correspondência epistolar do médico José de Barros para Martins Sarmiento, arquivada na Sociedade, encontram-se as seguintes cartas, de 1893 e 94, alusivas a esta aquisição, que transcrevemos por serem curiosas:

«9-3-93.

Meu prezado Amigo:

Como verá da carta do nosso bom amigo H. Cabral (1), a gruta das Coriscadas é minha. Tenho muito prazer em oferecê-la á nossa Sociedade Martins Sarmiento. Peço-lhe que me indique o melhor meio de tornar valiosa a cedência.

Parece-me conveniente tentar reconstruir com as primitivas pedras a antiga parede de vedação. Venha dirigir este trabalho e fotografar o penedo, e aproveite a ocasião para tornar a ver os monumentos pré-históricos daqui e tentar adquirir para a nossa Sociedade aqueles cujo desaparecimento constituiu uma verdadeira perda para a ciência arqueológica.

Tem V.^a Ex.^a e sua Ex.^{ma} Esposa em minha casa lençóis lavados e uma colher de sopa. Creia que tenho muito prazer em que aceitem este sincero e humilde oferecimento.»

sobre a mesma, que publicou n-*A Vida Moderna* (Porto 1882), intitulado «Sepultura pré-histórica em Soalhães» (Vide nota 3 de pág. 80): «Pertence certamente ao período neolítico; os objectos de pedra não diferem na forma e qualidade de outros encontrados nas antas do litoral, em Vila Chã, por exemplo, perto do Neiva, e nas antinhas da Beira; como todas as nossas sepulturas da época neolítica em diante, esta olhava para o nascente, porque eu estou convencido de que na utilização desta urna, virada ao sol, há uma escolha intencional; mas este caso de inumação, tão raro de encontrar, e sobretudo a perfeita conservação em que foram achados os oito crânios, dava a este jazigo sepulcral uma importância excepcional, e a perda das suas relíquias é verdadeiramente lamentável».

(1) O Dr. Henrique Cabral de Noronha e Meneses.

«31-3-94.

Meu prezado Amigo :

Dou-lhe cordeais parabens por o penedo da Cuba pertencer á Sociedade Martins Sarmento.

Peço-lhe o favor de remeter-me o documento da doação, com uma procuração para eu pagar os direitos de transmissão e o registo na Conservatória.

Se a nossa Sociedade quizer mandar pôr alguma marca ou sinal no penedo das Coriscadas, da melhor vontade me encarrego desse trabalho.»

«12-4-94.

Meu prezado Amigo :

A Direcção da nossa Sociedade nada tem que me agradecer. Todos os agradecimentos pertencem ao meu bom amigo, pela feliz ideia que teve, e ao Henrique Cabral, pela maneira cativante e bizarra com que cedeu a pré-histórica cripta das Coriscadas.

Tenho esperanças de obter a *ara* do Freixo (1); se elas não forem falazes, remeter-lha-ei, acompanhada com uma mobília fúnebre romana, que está em casa do nosso bom João de Vasconcelos (2) ha mais de dois anos, a qual encontrei junto da Casa da Sobreira, na freguesia da Livração.

Sinto verdadeiro prazer em concorrer, posto que modestissimamente, para o engrandecimento da Sociedade que se honra com o seu nome. Dê-me sempre, e em tudo, as suas ordens, que cumprerei com muita satisfação. Oxalá que eu possa ter muitas ocasiões em que me seja possível manifestar-lhe a minha gratidão.»

E assim entrou a Sociedade na posse de mais este imóvel arqueológico, que tanto interesse despertara a Martins Sarmento. A aquisição ficou

(1) Referia-se à ara dedicada ao *Genius Tongobrigensium*, (Vide nota 1 de p. 82).

(2) Dr. João de Vasconcelos e Meneses, do Marco de Canaveses, sócio correspondente da Sociedade Martins Sarmento desde a mesma data que o Dr. José de Barros. (Vide nota 1 de p. 77). Manteve, tal como o Dr. José de Barros, assídua correspondência com Sarmento sobre assuntos de arqueologia até 1899, ano da morte do estudioso vimaranense. (Vide *Corresp. inédita* para Martins Sarmento, no Arq. de Res. da Soc. M. S.).

registada numa das actas da Sociedade, de Abril de 1894 (1).

Em 16 de Agosto de 1926, o pároco de Soalhães, respondendo à Circular da Sociedade, de 21 de Julho desse ano, que inquiria do estado da Gruta das Coriscadas, respondia :

« Por informações a que procedi, soube o seguinte: acerca (*sic*) de 40 anos, o médico municipal Dr. Barros, já falecido, mandou fazer nos fundos do Penedo de Cuba umas escavações, sendo encontradas algumas ossadas, uma faca e uma machada, e tudo levou, recomendando que tivessem o maior cuidado na conservação do dito penedo, o qual se acha no mesmo estado em que então estava ».

Em fins de Julho de 1948, obtivemos novas informações sobre o bom estado de conservação do penedo, por obsequioso intermédio do Sr. Francisco Carlos de Azeredo Leme, que possui casa em Soalhães, a quem devemos as duas fotografias da gruta, que ilustram esta notícia.

Finalmente, em 1950, por proposta que apresentámos à Junta Nacional de Educação, foi o Penedo de Cuba considerado « imóvel de interesse público.

(Continua)

(1) Vide *Boletim da Sociedade Martins Sarmiento*, 1894, vol. I, n.º 1, p. 7.